

Lajeado Energia S.A.

Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400 - Parte, Chácara Santo Antônio,
CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Lajeado Energia S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Lajeado Energia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Lajeado Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Reconhecimento da receita de Suprimento de energia elétrica (Consulte as notas explicativas 1.1, 05 e 18 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas)

A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é comercializada na condição de Produtor Independente, nos termos estabelecidos pelo contrato de concessão. Os contratos de venda de energia firmados pela Companhia foram comercializados no Ambiente de Contratação Livre – ACL e no Ambiente de Contratação Regulada – ACR. O reconhecimento da receita de suprimento de energia elétrica é realizado da seguinte forma : (i) Contratos de Ambiente ACL – o reconhecimento da receita é realizado com base na energia assegurada, bem como nos preços especificados nos termos dos contratos de fornecimento; (ii) Ambiente de Contratação Regulada – ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia, e (ii) Energia de curto prazo - A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber, no momento em que o excedente de energia é gerado, após a alocação de energia no MRE, e, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde ao fator entre o volume de energia líquido fisicamente e o preço de liquidação das diferenças (PLD).

O reconhecimento da receita, em função de sua natureza e relevância qualitativa e quantitativa, é um assunto de suma importância para o entendimento por parte dos usuários previstos das demonstrações financeiras.

Em função disso, dos processos que suportam o reconhecimento da receita, bem como o risco de as receitas não serem registradas no momento da transferência do controle da energia gerada, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho e implementação, assim como, o teste de efetividade dos controles internos chave relacionados ao reconhecimento de receita;
- Validação do cálculo da receita dos contratos comercializados no ambiente ACL, por meio do confronto do volume de energia líquido fisicamente, suportados pelas informações disponibilizadas na CCEE e os preços contratuais pré estabelecidos;
- Recálculo do valor reconhecido no resultado do exercício referente a Receita de Curto Prazo por meio dos relatórios CCEE de liquidação de excedente de energia ao PLD;
- Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram todas as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o saldo da receita de suprimento de energia elétrica, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.



Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS e pelo fato de não serem requeridas às companhias fechadas, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e estão consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis da administração, determinamos aquele que foi considerado como mais o significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 'F' SP

Daniel A. da S. Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

LAJEADO ENERGIA S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
(Em milhares de reais)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	93.910	37.459	349.654	167.889
Títulos a receber	6	736	326		
Concessionárias	5	74.115	76.898	75.232	77.838
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	8	424	617	424	6.773
Outros tributos compensáveis	8	7.724	2.361	9.985	2.518
Dividendos a receber	11	29.128	10.102		
Prêmio de risco - GSF	12	2.702	2.701	2.750	2.749
Rendas a receber	7			5.217	2.927
Outros créditos	13	48	8	8.765	8.046
Total do Ativo Circulante		208.787	130.472	452.027	268.740
Não circulante					
Títulos a receber	6	8.140	7.855		
Prêmio de risco - GSF	12	14.183	16.884	14.435	17.184
Outros créditos	13	260	265	2.338	1.769
		22.583	25.004	16.773	18.953
Investimentos	14	994.132	982.211		
Imobilizado	15	761	788	954.061	983.980
Intangível	16	203.175	219.081	517.237	551.734
		1.198.068	1.202.080	1.471.298	1.535.714
Total do Ativo Não circulante		1.220.651	1.227.084	1.488.071	1.554.667
TOTAL DO ATIVO		1.429.438	1.357.556	1.940.098	1.823.407
PASSIVO					
Circulante					
Fornecedores	17	28.166	21.067	20.146	17.271
Imposto de renda e Contribuição social a recolher	8	105.149	117.015	110.780	117.015
Outros tributos a recolher	8	12.665	9.501	24.460	14.171
Dividendos	11	202.803	167.661	216.389	174.186
Debêntures	18	5.228	152.086	5.228	152.086
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	19			10.879	3.705
Benefícios pós-emprego	20			44	50
Uso do bem público	21			8.224	7.727
Provisões	22			6.434	6.424
Outras contas a pagar	13	4.866	10.134	8.203	13.444
Total do Passivo Circulante		358.877	477.464	410.787	506.079
Não circulante					
Tributos diferidos	9	28.597	28.816	44.568	46.788
Debêntures	18	349.210	149.507	349.210	149.507
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	19			92.078	88.856
Benefícios pós-emprego	20			1.121	1.284
Uso do bem público	21			68.578	58.370
Provisões	22	479	450	18.783	22.561
Outras contas a pagar	13	1.226	1.587	2.468	3.808
Total do Passivo Não circulante		379.512	180.360	576.806	371.174
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	23.1	6.868	6.868	6.868	6.868
Reservas de capital	23.3	579.203	579.203	579.203	579.203
Reservas de lucros	23.3	104.508	113.358	104.508	113.358
Outros resultados abrangentes	23.4	470	303	470	303
Total do Patrimônio líquido		691.049	699.732	691.049	699.732
Participações não controladores				261.456	246.422
Total do Patrimônio líquido e Participações dos acionistas não controladores		691.049	699.732	952.505	946.154
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.429.438	1.357.556	1.940.098	1.823.407

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LAJEADO ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receitas	24	749.958	716.237	817.325	757.362
Custo da produção e do serviço de energia elétrica	25				
Custo do serviço de energia elétrica		(134.322)	(19.380)	(131.932)	(19.463)
Custo de operação		(154.598)	(86.168)	(64.533)	(60.462)
		<u>(288.920)</u>	<u>(105.548)</u>	<u>(196.465)</u>	<u>(79.925)</u>
Lucro bruto		461.038	610.689	620.860	677.437
Despesas e Receitas operacionais	25				
Despesas gerais e administrativas		(47.959)	(44.222)	(58.255)	(53.608)
Outras despesas e receitas operacionais		(3)	(321)	(33)	(397)
		<u>(47.962)</u>	<u>(44.543)</u>	<u>(58.288)</u>	<u>(54.005)</u>
Resultado das participações societárias	14	80.560	20.131		
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		493.636	586.277	562.572	623.432
Resultado Financeiro	26				
Receitas financeiras		11.613	7.218	33.003	11.382
Despesas financeiras		(59.987)	(21.020)	(89.390)	(50.197)
		<u>(48.374)</u>	<u>(13.802)</u>	<u>(56.387)</u>	<u>(38.815)</u>
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		445.262	572.475	506.185	584.617
Tributos sobre o lucro	27				
Imposto de renda e contribuição social correntes		(134.653)	(147.060)	(167.903)	(158.878)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		217	(48.338)	2.340	(41.217)
		<u>(134.436)</u>	<u>(195.398)</u>	<u>(165.563)</u>	<u>(200.095)</u>
Lucro líquido do exercício		310.826	377.077	340.622	384.522
Atribuível aos acionistas controladores		310.826	377.077	310.826	377.077
Atribuível aos acionistas não controladores				29.796	7.445
Resultado por ação atribuível aos acionistas	28				
Resultado básico e diluído por ação (reais/ações)					
ON		1,28264	1,55604	1,28264	1,55604
PNA		1,89315	2,29666	1,89315	2,29666
PNB		1,28264	1,55604	1,28264	1,55604

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LAJEADO ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em milhares de reais)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Resultado líquido do exercício		310.826	377.077	340.622	384.522
Outros resultados abrangentes	23.4				
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado					
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego				347	412
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias		167	199		
Imposto de renda e contribuição social diferidos				(118)	(140)
		167	199	229	272
Resultado abrangente do exercício		310.993	377.276	340.851	384.794
Atribuível aos acionistas controladores		310.993	377.276	310.993	377.276
Atribuível aos acionistas não controladores				29.858	7.518

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LAJEADO ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Em milhares de reais)



	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total Controladora	Não controladores	Total Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2020	6.868	579.203	90.657	104	-	676.832	245.511	922.343
Dividendo adicional aprovado - AGO de 29/04/2021			(89.285)			(89.285)		(89.285)
Dividendos destinados a não controladores							(6.607)	(6.607)
Lucro líquido do exercício					377.077	377.077	7.445	384.522
Partes beneficiárias					(37.708)	(37.708)		(37.708)
Destinação do lucro								
Dividendos Intercalares					(94.000)	(94.000)		(94.000)
Dividendos intermediários (JSCP)					(22.864)	(22.864)		(22.864)
Dividendos complementares					(110.519)	(110.519)		(110.519)
Lucro do exercício a deliberar			111.986		(111.986)	-		-
Outros resultados abrangentes								
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias				199		199	73	272
Saldos em 31 de dezembro de 2021	6.868	579.203	113.358	303	-	699.732	246.422	946.154
Saldos em 31 de dezembro de 2021	6.868	579.203	113.358	303	-	699.732	246.422	946.154
Dividendo adicional aprovado - AGO de 29/04/2022			(111.986)			(111.986)		(111.986)
Dividendos destinados a não controladores							(14.823)	(14.823)
Lucro líquido do exercício					310.826	310.826	29.796	340.622
Partes beneficiárias					(31.082)	(31.082)		(31.082)
Destinação do lucro								
Dividendos intermediários (JSCP)					(32.583)	(32.583)		(32.583)
Dividendos complementares					(144.025)	(144.025)		(144.025)
Lucro do exercício a deliberar			103.136		(103.136)	-		-
Outros resultados abrangentes								
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias				167		167	61	228
Saldos em 31 de dezembro de 2022	6.868	579.203	104.508	470	-	691.049	261.456	952.505

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

LAJEADO ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		445.262	572.475	506.185	584.617
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais					
Títulos a receber - variações monetárias e AVP		(1.257)	(782)		
Depreciações e amortizações		44.735	39.198	85.931	78.495
Direito de Concessão - GSF			(135.476)	(3.269)	(135.476)
Encargos de dívidas, variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures e AVP		56.928	19.158	75.717	28.841
Uso do bem público - atualização monetária e AVP				6.773	13.913
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		38	843	4.328	3.661
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP				1.346	2.423
Resultado de participações societárias		(80.560)	(20.131)		
Amortização do prêmio de risco - GSF		2.700	2.701	2.700	2.748
Outros		5.158	3.755	5.011	3.892
		473.004	481.741	684.722	583.114
(Aumento) diminuição de ativos operacionais					
Concessionárias		2.783	(14.096)	2.606	(13.748)
Imposto de renda e contribuição social a compensar		68		68	
Outros tributos compensáveis		(32.689)	(24.784)	(36.934)	(25.724)
Rendas a receber				(2.289)	3.214
Outros ativos operacionais		(35)	829	(1.212)	119
		(29.873)	(38.051)	(37.761)	(36.139)
Aumento (diminuição) de passivos operacionais					
Fornecedores		7.099	(2.984)	2.874	(4.695)
Outros tributos a recolher		28.180	24.049	34.371	28.685
Provisões		(9)	(833)	(9.442)	(5.790)
Uso do bem público				(7.795)	(6.587)
Outros passivos operacionais		(8.778)	(1.534)	(9.476)	(1.751)
		26.492	18.698	10.532	9.862
Caixa proveniente das atividades operacionais					
		469.623	462.388	657.493	556.837
Imposto de renda e contribuição social pagos		(145.620)	(101.547)	(171.898)	(115.396)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais					
		324.003	360.841	485.595	441.441
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Dividendos recebidos		15.916	19.638		
Adições ao Imobilizado e Intangível		(32)	(36)	(6.270)	(3.992)
Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades de investimento					
		15.884	19.602	(6.270)	(3.992)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Títulos recebidos		433	521		
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(279.647)	(358.447)	(285.512)	(365.705)
Captação de empréstimos e financiamentos		199.370	149.392	199.370	149.392
Pagamentos de encargos de dívidas		(203.453)	(167.267)	(211.032)	(174.353)
Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos		(139)	(133)	(386)	(396)
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento					
	30.1	(283.436)	(375.934)	(297.560)	(391.062)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa					
		56.451	4.509	181.765	46.387
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		93.910	37.459	349.654	167.889
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		37.459	32.950	167.889	121.502
		56.451	4.509	181.765	46.387

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LAJEADO ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)



	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Geração do valor adicionado	854.875	950.765	936.642	999.890
Receita operacional	854.843	815.253	929.459	860.393
Receita relativa à construção de ativos próprios	32	135.512	7.165	139.468
Outras receitas			18	29
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(152.094)	(175.318)	(171.668)	(191.686)
Custos da energia comprada	(83.379)	(113.468)	(80.185)	(112.768)
Encargos de uso da rede elétrica	(64.604)	(57.141)	(65.497)	(57.932)
Materiais	(13)	(39)	(3.581)	(3.385)
Serviços de terceiros	(1.230)	(1.604)	(16.835)	(12.885)
Outros custos operacionais	(2.868)	(3.066)	(5.570)	(4.716)
Valor adicionado bruto	702.781	775.447	764.974	808.204
Retenções				
Depreciações e amortizações	(44.735)	(39.198)	(86.213)	(78.753)
Valor adicionado líquido produzido	658.046	736.249	678.761	729.451
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	15.545	8.775	38.042	13.182
Resultado da equivalência patrimonial	80.560	20.131		
Valor adicionado total a distribuir	754.151	765.155	716.803	742.633
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	1.990	1.686	14.866	13.772
Benefícios	413	352	3.194	3.076
FGTS	92	364	1.031	1.160
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	211.550	268.814	266.977	288.397
Estaduais	2	862	412	1.259
Municipais		12	79	86
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	59.987	21.020	89.390	50.197
Aluguéis	169.291	94.968	232	164
Remuneração de capital próprio				
Juros sobre capital próprio	32.583	22.864	32.583	22.864
Participações dos não controladores			29.796	7.445
Dividendos	144.025	204.519	144.025	204.519
Partes beneficiárias	31.082	37.708	31.082	37.708
	651.015	653.169	613.667	630.647
Lucros retidos	103.136	111.986	103.136	111.986
	754.151	765.155	716.803	742.633

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A Lajeado Energia S.A. (Companhia, Lajeado ou Controladora), sociedade anônima de capital fechado, com sede no município de São Paulo - SP, controlada da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), tem como principal objeto social a geração e comercialização de energia elétrica de qualquer origem e natureza, preparação de estudos de viabilidade e projetos, promoção da construção, da operação e da manutenção de usinas de geração. A Companhia poderá, ainda, participar de outras empresas, negócios e empreendimentos voltados à atividade energética.

A Companhia detém 73% do capital votante e 62,39% do capital total da Investco S.A. (Investco ou controlada), sociedade anônima de capital aberto que tem como objeto principal, a elaboração de estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado), localizada nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, no Estado do Tocantins, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 05/97 – Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

1.1 Concessão

A Investco é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, mas não é titular exclusiva do Contrato de Concessão. A concessão da UHE Lajeado é compartilhada entre a Companhia, titular de 72,27%, CEB Lajeado S.A., titular de 19,80%, Paulista Lajeado Energia S.A., titular de 6,93% e a Investco, titular de 1%. Portanto as referidas empresas, em conjunto, são as concessionárias da UHE Lajeado, formando o Consórcio Usina Lajeado.

O Contrato de Concessão de exploração dos ativos da UHE Lajeado tem prazo de 35 anos contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033, com extensão decorrente da Lei nº 14.052/20 e Resolução ANEEL nº 895/20 de mais 32,1 meses, podendo ser prorrogado, a critério exclusivo do Poder Concedente, nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias. A referida usina encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5 MW, representando uma potência total instalada de 902,5 MW, uma potência assegurada de 823,3 MW e uma garantia física de 505,1 MWh.

Em 3 de maio de 2017 o Ministério de Minas e Energia - MME, por meio da Portaria nº 178, definiu o novo montante de garantia física da UHE Lajeado, passando dos antigos 526,6 MWh para os atuais 505,1 MWh, a partir de 1º de janeiro de 2018.

A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é utilizada e comercializada, na condição de "Produtor Independente", nos termos do Contrato de Concessão, pelas citadas concessionárias, na proporção de suas participações.

Da potência e energia asseguradas, as concessionárias da UHE Lajeado deverão destinar 617,48 MW e 2.877.660 MWh/ano até o prazo final deste contrato para venda às empresas concessionárias de serviço público de distribuição. Caso as concessionárias não consigam entregar essa quantidade de energia deverão ressarcir os agentes de mercado com os quais têm compromissos.

Foi celebrado contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado entre as concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Nota 7), nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Como a Investco é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, a Companhia e as demais consorciadas são responsáveis pelo pagamento do arrendamento para a Investco. O contrato de concessão não está no alcance do CPC 06 (R2) e segue avaliado como um arrendamento operacional, uma vez que os bens serão revertidos para a União quando do término do Contrato de concessão.

Em 12 de agosto de 2021 foi publicada a REH nº 2.919/21 e em 14 de setembro a REH nº 2.932/21, que homologam o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do MRE e os valores referentes ao caput do art. 2º-D da Lei nº 13.203, de 2015. Com as referidas homologações, iniciou-se o prazo de 60 dias para que as usinas listadas procedessem à repactuação. O prazo encerrou em 10 de outubro de 2021.

Para aderir ao Termo de Repactuação, o agente titular da outorga vigente de geração deve desistir da ação judicial cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE e renunciar a qualquer alegação de direito sobre o qual se funda a ação.

Assim sendo, o Ativo constituído pela repactuação do risco não hidrológico, foi reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Companhia e de sua controlada e observando os aspectos e condições previstas no CPC 04 – Ativo Intangível e a essência do direito de exploração recebido do Poder Concedente, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE. O montante foi transformado pela ANEEL em extensão do prazo da outorga, o qual será amortizado pelo método linear até o final do prazo de concessão, ajustado com a extensão a partir da repactuação. Portanto, a Administração da Companhia e de sua controlada efetuou o registro contábil conforme as estimativas divulgadas pela CCEE e os acréscimos pela ANEEL, totalizando um incremento estimado de 32,7 meses na Concessão da Companhia (Nota 16.1.2).

1.1.1 Uso do bem público

A Investco, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Lajeado, paga à União, do 7º ao 35º ano de concessão ou enquanto estiver na exploração do Aproveitamento Hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondentes a 1/12 (um doze avos) do montante anual definido no contrato, atualizado em 31 de dezembro de 2022 de R\$8.052, corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. Em 31 de dezembro de 2022, o valor presente total remanescente da obrigação é de R\$76.802 (R\$66.097 em 31 de dezembro de 2021). Em caso de falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.

1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos das Leis nº 9.991/2000 e nº 14.120/2021, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (Nota 13.3).

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e da controlada em continuar operando normalmente e está convencida de que ambas possuem recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia e de sua controlada não têm conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre suas capacidades de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 20 de janeiro de 2023. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia e sua controlada estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor exceto: (i) determinados ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 29.1.1; e (ii) os ativos e passivos líquidos de benefício definido que são reconhecidos a valor justo, com limitação de reconhecimento do superávit atuarial.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia e de sua controlada se baseiem em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e sua controlada revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto à redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.8.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes às demonstrações financeiras nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da CCEE (Nota 5); Determinação da receita com arrendamento (Notas 7 e 24); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 9); Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.8); Arrendamentos e Aluguéis; Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 15 e 16); Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas (Nota 22.1); Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais (Nota 22.2); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 29.1.2.1).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e de sua controlada, que operam no Brasil, é o Real e as demonstrações individuais e consolidadas são apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas, abrangendo a Companhia e sua controlada (Nota 14).

A Companhia controla a Investco e efetua a consolidação integral de suas demonstrações financeiras.

Os critérios contábeis adotados na sua apuração foram aplicados uniformemente entre a Companhia e sua controlada.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Eliminação do investimento da Controladora na sua controlada direta;
- Eliminação dos saldos das contas entre a Controladora e a sua controlada;
- As datas das demonstrações financeiras da controlada utilizadas para o cálculo da equivalência patrimonial e para a consolidação coincidem com as da Companhia; e
- Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações de resultados.

2.7 Informações por segmento

A Companhia administra os seus negócios como um único segmento operacional, composto pela atividade de geração e comercialização da energia elétrica gerada pela UHE Lajeado por meio de contratos de médio e longo prazo e também junto à CCEE. Tal segmento concentrou em 2022 89% (92% em 2021) da receita operacional bruta consolidada.

2.8 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia e de sua controlada revisam o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis exceto para Concessionárias (Nota 5). São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração da Companhia concluiu, após avaliar os indicadores internos e externos, que não foram identificados fatores de desvalorização dos seus ativos.

2.9 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o *International Accounting Standards Board* (IASB) e, conseqüentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir:

2.9.1 Alterações em pronunciamentos contábeis homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 15: CPC 48 - Instrumentos Financeiros, CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários; CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação; CPC 11 - Contratos de Seguro; e CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	IFRS 9 / IAS 39 / IFRS 7 / IFRS 4 e IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - Revisão Contratos Onerosos	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	IAS 37	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Permite o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	IAS 16	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Atualização da referência ao CPC 00 sem alterar significativamente os requisitos do IFRS 3.	IFRS 3	Pronunciamento	01/01/2022

2.9.2 Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição e distinção de estimativa contábil, esclarece a utilização de técnicas de mensuração e dados para a mesma.	IAS 8	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - Revisão de Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias.	IAS 12	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 50 – Contratos de seguro	Fornecer uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.	IFRS 17	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 20: CPC 26 (R1), CPC 11, CPC 27, CPC 15 (R1), CPC 23, CPC 40 (R1), CPC 49, CPC 21, CPC 32, CPC 37 (R1) e CPC 47.	Em suma, as modificações decorrem de: (i) alterações de Classificação de Passivos como Circulantes ou Não circulantes; (ii) Adiantamento da Isenção temporária; (iii) Definição de Política Contábil; (iv) Divulgações de Políticas Contábeis; e (v) Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação.	IFRS 4/ IAS 28/ IAS 34/ IAS 8/ IAS 1/ IAS 16/ IAS 32/ IFRS 1/ IFRS 7 e IAS 26	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 21: CPC 37 (R1), CPC 15 (R1), CPC 31, CPC 40 (R1), CPC 48, CPC 47, CPC 26 (R1), CPC 03 (R2), CPC 27, CPC 33 (R1), CPC 18 (R2), CPC 39, CPC 01 (R1), CPC 25, CPC 04 (R1), CPC 28 e CPC 50.	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos decorrentes da emissão do CPC 50 – Contratos de Seguro, ou seja, IFRS 17 (2017), <i>Amendments to IFRS 17 (2020)</i> e <i>Initial Application of IFRS 17 e IFRS 9 - Comparative Information (2021)</i>	IAS 36/ IAS 7/ IAS 38/ IFRS 3/ IAS 28/ IAS 15/ IAS 1/ IAS 16/ IAS 40/ IFRS 5/ IAS 19/ IFRS 1/ IAS 32/ IFRS 7, IFRS 17 e IFRS 9	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).	IAS 1 / IFRS 2	Pronunciamento	01/01/2024
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas / CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto	IFRS 10 / IAS 28	Não informado no momento	Indeterminado

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia e sua controlada estão acompanhando as discussões e até o momento não identificaram a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3 Eventos significativos no exercício

3.1 Captação de recurso

Durante o exercício de 2022 a Companhia obteve a seguinte captação de recurso:

Fonte	Data da liberação	Vencimento	Valor	Custo da dívida	Finalidade
Debêntures - 6ª Emissão	mai/22	mai/25	200.000	CDI + 1,45% a.a.	Capital de Giro
			200.000		

Para mais informações sobre a captação, vide nota 18.

3.2 Resoluções Autorizativas - extensão do prazo de outorga

Em 28 de julho de 2022, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 12.255/2022 alterando o término da vigência da outorga de concessão da UHE Luiz Eduardo Magalhães de 15 de janeiro de 2033 para 22 de setembro de 2035 que representa um acréscimo de extensão de 980 dias.

3.3 Medidas da ANEEL para regulação de contratação de energia

Publicação	Descrição	Status
Portaria Normativa nº 709 de 30 de novembro de 2022	Em 02 de dezembro de 2022 o MME publicou a Portaria Normativa nº 709, de 30 de novembro de 2022, aprovando a metodologia, os critérios, as premissas e as configurações que constam no Relatório "Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas - UHEs Despachadas Centralizadamente no Sistema Interligado Nacional - SIN", de 22 de novembro de 2022, atualizado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE e pelo Ministério de Minas e Energia.	A partir de 1º de janeiro de 2023, a Companhia e sua controlada estão em conformidade com a nova garantia física, que passou de 505,1MW para 479,9MW.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Bancos conta movimento	1.613	2.626	23.547	3.545
Aplicações financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	92.297	34.833	326.107	164.344
Total	93.910	37.459	349.654	167.889

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Os investimentos financeiros da Companhia e de sua controlada estão remunerados as taxas que variam entre 102,50% e 103,25% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

As aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio Líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia e de sua controlada a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 29.

As movimentações ocorridas no Caixa e nos Equivalentes de Caixa da Companhia são apresentadas nas Demonstrações de Fluxos de Caixa.

5 Concessionárias

	Nota	Controladora		Consolidado	
		Circulante		Circulante	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Concessionárias					
Suprimento de energia elétrica	5.1	70.413	67.677	71.338	68.375
Energia de curto prazo		304	6.247	417	6.419
Encargos de uso da rede elétrica		3.366	2.974	3.445	3.044
Outros créditos		32		32	
Total		74.115	76.898	75.232	77.838

Os saldos são totalmente vincendos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia e da controlada.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A Companhia e sua controlada avaliaram seus históricos de recebimentos e identificaram que não estão expostas a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Companhia e sua controlada não identificaram a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que se mostram imateriais e controláveis.

A exposição da Companhia e sua controlada a riscos de crédito está divulgada na nota 29.2.5.

5.1 Suprimento de energia elétrica

A variação do exercício no montante de R\$2.736 na controladora e R\$2.963 no consolidado decorre substancialmente do reajuste anual de preços dos contratos, quando comparado com dezembro de 2021.

6 Títulos a receber

	Nota	Controladora			
		Circulante		Não circulante	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ações preferenciais das classes "A", "B" e "C"	6.1	736	326	16.740	17.124
(-) AVP - Ações preferenciais das classes "A", "B" e "C"				(8.600)	(9.269)
Total		736	326	8.140	7.855

6.1 Ações preferenciais das classes resgatáveis "A", "B" e "C"

Referem-se às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela Investco no montante original de R\$12.779, onde, de acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da Investco, os detentores de tais ações gozam do direito de recebimento de um dividendo anual fixo (juros), cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social (Nota 19.1).

Adicionalmente, de acordo com o artigo 9º, as ações preferenciais resgatáveis das classes "A" e "C", terão direito a equiparação na distribuição de dividendos caso sejam pagos dividendos a outras classes de ações superiores ao valor unitário dos dividendos anuais fixos.

O saldo em 31 de dezembro de 2022 de R\$8.876 (R\$8.181 em 31 de dezembro de 2021) contempla o montante original e os juros até 2033 (término da concessão), ambos descontados a valor presente pela taxa de 8,70% a.a., que equivale ao custo médio de captação da Investco na data de avaliação das ações.

Devido às suas características, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro recebível por satisfazerem a definição de ativo financeiro, pelo fato da Investco não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para a Companhia, conforme determina o item 19 do CPC 39.

7 Rendas a receber

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Paulista Lajeado	1.352	759
CEB Lajeado	3.865	2.168
Total	5.217	2.927

Refere-se ao instrumento particular de contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001 e aditado em 23 de junho de 2009, no qual a Investco arrendou às demais concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Companhia, Paulista Lajeado e CEB Lajeado), frações ideais dos ativos existentes ou a serem adquiridos pela Investco, no mesmo percentual de suas participações no Contrato de Concessão (Nota 1.1).

Este arrendamento é contabilizado mensalmente como arrendamento operacional, de acordo com o CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento, pois a operação da usina é de responsabilidade da Investco, não havendo transferência de propriedade ou controle do ativo aos arrendatários. Os saldos são todos vincendos e estão apresentados ao custo amortizado.

O contrato de arrendamento objetiva assegurar à Investco receita suficiente para garantir o seu funcionamento nas melhores condições até o final da concessão. O cálculo do contrato de arrendamento é baseado na remuneração de 8,83% a.a. corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA sobre 99% do valor do ativo imobilizado líquido, acrescido da depreciação acumulada, sendo que, todos os valores utilizados no cálculo são projetados. Decorrido o exercício, anualmente, aplica-se o Coeficiente de Ajuste - CA, cujo objetivo é calcular os valores reais, identificando a diferença entre os valores cobrados anteriormente, e ajustar a diferença a maior ou a menor na projeção do ano seguinte.

A variação no exercício da rubrica de Rendas a receber no consolidado, em contrapartida da receita de Arrendamentos e aluguéis (Nota 24), é decorrente, substancialmente, de dois aspectos: (i) aumento do IPCA realizado em relação ao projetado de 7,15 p.p. para o exercício de 2021; e (ii) aumento do IPCA projetado para o exercício de 2022 em relação ao exercício anterior de 1,1 p.p.

8 Impostos e contribuições sociais

		Controladora							
Nota	Saldo em 31/12/2021	Adição	Baixas	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Compensação de tributos	Transferência	Saldo em 31/12/2022	
Ativos compensáveis									
	Imposto de renda e contribuição social a compensar	617		(68)	15	25.411	(398)	(25.153)	424
	Total Circulante	617	-	(68)	15	25.411	(398)	(25.153)	424
Outros tributos compensáveis									
	PIS e COFINS	-	29.701				(29.535)	166	
	IRRF sobre aplicações financeiras	495	2.988				(1.220)	2.263	
8.1	IRRF sobre juros s/ capital próprio	1.840	5.270				(1.840)	5.270	
	Outros	26					(1)	25	
	Total Circulante	2.361	37.959	-	-	-	(32.596)	7.724	
Passivos a recolher									
	Imposto de renda e contribuição social a recolher	117.015	134.653		1.904	(120.209)	(28.214)	105.149	
	Total Circulante	117.015	134.653	-	1.904	(120.209)	(28.214)	105.149	
Outros tributos a recolher									
	ICMS	-	210			(205)		5	
	PIS e COFINS	6.035	82.989		30	(51.403)	(398)	(29.535)	7.718
	Tributos sobre serviços prestados por terceiros	19	221			(199)		41	
8.1	IRRF sobre juros s/ capital próprio	3.430	4.887			(3.430)		4.887	
	Encargos com pessoal	17	186			(189)		14	
	Total Circulante	9.501	88.493	-	30	(55.426)	(398)	(29.535)	12.665
		Consolidado							
Nota	Saldo em 31/12/2021	Adição	Baixas	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Compensação de tributos	Transferência	Saldo em 31/12/2022	
Ativos compensáveis									
	Imposto de renda e contribuição social a compensar	6.773		(68)	249	50.656	(6.893)	(50.293)	424
	Total Circulante	6.773	-	(68)	249	50.656	(6.893)	(50.293)	424
Outros tributos compensáveis									
	PIS e COFINS	-	31.517				(30.510)	1.007	
	IRRF sobre aplicações financeiras	652	5.698				(2.667)	3.683	
	IRRF sobre juros s/ capital próprio	1.840	5.270				(1.840)	5.270	
	Outros	26					(1)	25	
	Total Circulante	2.518	42.485	-	-	-	(35.018)	9.985	
Passivos a recolher									
	Imposto de renda e contribuição social a recolher	117.015	167.903		1.904	(121.242)	(54.800)	110.780	
	Total Circulante	117.015	167.903	-	1.904	(121.242)	(54.800)	110.780	
Outros tributos a recolher									
	ICMS	62	504			(417)	11	160	
	PIS e COFINS	7.045	106.652		30	(69.813)	(3.745)	(30.511)	9.658
	Tributos sobre serviços prestados por terceiros	105	1.163			(1.038)		230	
8.1	IRRF sobre juros s/ capital próprio	6.580	13.975	(2)		(3.430)	(3.148)	13.975	
	Encargos com pessoal	379	4.265			(4.196)	(11)	437	
	Outros	-	14.384			(14.384)		-	
	Total Circulante	14.171	140.943	(2)	30	(93.278)	(6.893)	(30.511)	24.460

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia e sua controlada apresentam os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) são compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia ou sua controlada liquide ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

8.1 IRRF sobre juros s/ capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte da Companhia e de sua controlada, à alíquota de 15%, incidente sobre os valores pagos à título de Juros sobre o Capital Próprio conforme legislação. Os saldos em 31 de dezembro de 2021 são relativos aos JSCPs deliberados no exercício de 2021, sendo integralmente liquidados em janeiro de 2022. O saldo em 31 de dezembro de 2022 de R\$5.270 é relativo ao IRRF sobre JSCP deliberado no exercício de 2022 a ser liquidado em janeiro de 2023.

9 Tributos diferidos

		Controladora		Consolidado	
		Passivo		Passivo	
		Não circulante		Não circulante	
Nota		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
	PIS e COFINS		2	19	17
	Imposto de renda e contribuição social	28.597	28.814	44.549	46.771
	Total	28.597	28.816	44.568	46.788

9.1 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

9.1.1 Composição

		Controladora							
Natureza dos créditos	Nota	Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado			
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	2022	2021		
Diferenças temporárias									
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		2.141	2.131			10	3		
Ações preferenciais resgatáveis	9.1.1.2	2.924	3.151	1.966	1.957	(236)	(70)		
Direito de concessão - Outros	1.1			69.059	74.475	5.416	(42.562)		
Arrendamentos - CPC 06 (R2)		363	335	304	288	12	47		
Outras		5	6	27	28		(4)		
Total Diferenças Temporárias		5.433	5.623	71.356	76.748	5.202	(42.586)		
Crédito fiscal do ágio incorporado	9.1.1.1	37.326	42.311			(4.985)	(5.752)		
Total bruto		42.759	47.934	71.356	76.748	217	(48.338)		
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos		(42.759)	(47.934)	(42.759)	(47.934)				
Total		-	-	28.597	28.814				

		Consolidado							
Natureza dos créditos	Nota	Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado		Patrimônio Líquido	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	2022	2021	2022	2021
Diferenças temporárias									
Benefício pós-emprego		64	240			(176)	(214)		
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		6.307	6.101			206	788		
Uso do bem público		26.113	22.473	5.649	2.423	414	2.711		
Ações preferenciais resgatáveis	9.1.1.2	2.924	3.151	37.434	40.222	2.561	2.633		
Benefício pós-emprego - Outros resultados abrangentes		332	214			236	280	(118)	(140)
Direito de concessão - Outros	1.1			70.020	74.475	4.455	(42.562)		
Licenças ambientais				4.669	4.318	(351)	802		
Arrendamentos - CPC 06 (R2)		867	949	724	845	39	104		
Outras		179	213	165	140	(59)	(7)		
Total Diferenças Temporárias		36.786	33.341	118.661	122.423	7.325	(35.465)	(118)	(140)
Crédito fiscal do ágio incorporado	9.1.1.1	37.326	42.311			(4.985)	(5.752)		
Total bruto		74.112	75.652	118.661	122.423	2.340	(41.217)	(118)	(140)
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos		(74.112)	(75.652)	(74.112)	(75.652)				
Total		-	-	44.549	46.771				

9.1.1.1 Crédito fiscal do ágio incorporado

O crédito fiscal do ágio é proveniente da incorporação da EDP Lajeado Energia S.A. e da Tocantins Energia S.A., ocorrida em novembro de 2009, representada pelo benefício fiscal proveniente da dedutibilidade do ágio pago pela controladora EDP - Energias do Brasil, o qual foi contabilizado de acordo com a resolução CVM nº 78/22 e conforme determinação da ANEEL. Está sendo amortizado pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo da concessão da Investco, que resulta em realização anual média do crédito fiscal de R\$3.733 até dezembro de 2032 (Nota 16.1.3).

9.1.1.2 Ações preferenciais resgatáveis

Referem-se aos tributos diferidos sobre as Ações preferenciais resgatáveis "A", "B" e "C" da controlada Investco, reconhecidos como instrumento de dívida conforme item 19 do CPC 39, como também sobre o ajuste a valor presente destas ações.

Realização dos tributos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Administração da Companhia e de sua controlada elaboraram as projeções de resultados tributáveis futuros, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia e sua controlada estimam recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

Controladora							A partir de	Total Não
2023	2024	2025	2026	2027	2028 a 2030	2031	circulante	
5.809	5.554	5.298	4.329	4.201	11.103	6.465	42.759	

Consolidado							A partir de	Total Não
2023	2024	2025	2026	2027	2028 a 2030	2031	circulante	
10.669	10.414	10.158	7.745	7.617	21.044	6.465	74.112	

10 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos (Nota 11), dos saldos a pagar e a receber relativos ao contrato de arrendamento da UHE Lajeado (Notas 7 e 17) e dos montantes a pagar e a receber relativos às ações preferenciais da classe "A", "B" e "C" da Investco (Notas 7 e 19), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, estão apresentados como segue:

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Relacionamento	praticado	Duração	Controladora						Receitas (Despesas)		
				Ativo		Passivo				Operacionais		
				Circulante		Não circulante	Circulante		Não circulante		2022	2021
				31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021	(***) Reapresentado	(***) Reapresentado	
Concessionárias (Nota 5)												
Suprimento de energia elétrica												
EDP São Paulo	Controle comum	289,25	01/01/2008 a 31/12/2037	3	2					29	27	
EDP São Paulo	Controle comum	291,76	01/01/2009 a 31/12/2038	16	15					134	123	
EDP São Paulo	Controle comum	271,71	01/01/2009 a 31/12/2038	51	50					439	400	
EDP Trading	Controle comum		12/12/2001 a 28/02/2021								40.376	
EDP Trading	Controle comum		01/03/2021 a 31/12/2024	9.513	9.719					119.908	99.177	
EDP Trading	Controle comum		01/03/2021 a 31/03/2021								5.087	
EDP Trading	Controle comum		01/04/2021 a 30/04/2021								3.556	
EDP Trading	Controle comum		01/12/2020 a 31/12/2020								22.095	
EDP Trading	Controle comum		01/06/2021 a 30/06/2021								12.500	
EDP Trading	Controle comum		01/07/2021 a 31/07/2021								4.082	
EDP Trading	Controle comum		01/08/2021 a 31/08/2021								5.561	
EDP Trading	Controle comum		01/09/2021 a 30/09/2021								6.813	
EDP Trading	Controle comum		01/12/2021 a 31/12/2021		5.208						5.208	
EDP Trading	Controle comum		01/04/2021 a 30/06/2021								6.852	
EDP Trading	Controle comum		01/10/2021 a 31/12/2021		2.399						7.121	
EDP Trading	Controle comum		01/01/2022 a 31/01/2022							6.917		
EDP Trading	Controle comum		01/02/2022 a 28/02/2022							1.781		
EDP Trading	Controle comum		01/03/2022 a 31/03/2022							2.430		
EDP Trading	Controle comum		01/04/2022 a 30/04/2022							2.441		
EDP Trading	Controle comum		01/05/2022 a 31/05/2022							9.660		
EDP Trading	Controle comum		01/01/2022 a 31/12/2022	2.502						2.502		
EDP Espírito Santo	Controle comum	291,13	01/01/2008 a 31/12/2037	5	7					29	57	
EDP Espírito Santo	Controle comum	293,66	01/01/2009 a 31/12/2038	9	13					134	103	
EDP Espírito Santo	Controle comum	273,48	01/01/2009 a 31/12/2038	42	41					378	336	
Uso do sistema de transmissão												
EDP Trading	Controle comum		01/01/2003 a 16/12/2032								3.007	
				12.141	17.454	-	-	-	-	146.782	222.481	
Fornecedores (Nota 17)												
Arrendamento UHE Investco												
Investco	Controlada direta		15/01/1998 a 15/01/2033	14.106	7.912					(169.273)	(47.475)	
				14.106	7.912	-	-	-	-	(169.273)	(47.475)	

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Relacionamento	praticado	Duração	Controladora						Receitas (Despesas)			
				Ativo			Passivo			Operacionais			
				Circulante	Não circulante		Circulante	Não circulante		2022	2021		
				31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021	(*** Reapresentado	(*** Reapresentado		
Suprimento de energia elétrica													
EDP Trading	Controle comum		01/01/2022 a 31/12/2022				5.185				(72.592)		
EDP Trading	Controle comum		01/01/2021 a 31/12/2021					2.696				(31.741)	
EDP Trading	Controle comum		01/07/2021 a 31/12/2021					3.901				(23.157)	
EDP Trading	Controle comum		01/06/2021 a 30/06/2021									(12.482)	
EDP Trading	Controle comum		01/07/2021 a 31/07/2021									(4.076)	
EDP Trading	Controle comum		01/08/2021 a 31/08/2021									(5.508)	
EDP Trading	Controle comum		01/09/2021 a 30/09/2021									(6.748)	
EDP Trading	Controle comum		01/12/2020 a 31/12/2020									(22.095)	
Uso do sistema de transmissão													
Horizon Transmissão ES	Controle comum (*)		09/02/2019 a 31/01/2033					3				(34)	
Horizon Transmissão MA II	Controle comum (*)		04/01/2020 a 31/01/2033					5				(56)	
Horizon Transmissão MA I	Controle comum (*)		01/11/2001 a 31/01/2033					14				(89)	
Mata Grande Transmissora	Controle comum		01/11/2001 a 31/01/2033				1					(8)	
EDP Transmissão Aliança	Controle comum		04/01/2020 a 31/01/2033				53	10				(412)	
EDP Transmissão Litoral Sul	Controle comum		04/01/2020 a 31/01/2033				5	1				(34)	
EDP Transmissão SP-MG	Controle comum		01/01/2021 a 31/01/2033				64					(436)	
EDP Goiás	Controle comum (**)		01/11/2001 a 01/01/2033				23					(239)	
				-	-	-	5.331	6.630	-	-		(73.721)	(106.057)
Outras contas a pagar (Nota 13)													
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (a)													
EDP - Energias do Brasil	Controladora		01/01/2019 a 31/12/2022						276	765		(2.067)	(1.721)
Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura (b)													
EDP - Energias do Brasil	Controladora		01/01/2015 a 31/12/2022						12			(225)	(68)
EDP São Paulo	Controle comum		01/01/2021 a 31/12/2022						3	20		(6)	(20)
Contrato de Compartilhamento de Atividades de BackOffice (c)													
EDP - Energias do Brasil	Controladora		01/01/2019 a 31/12/2022						141			(771)	(885)
				-	-	-	-	-	432	785		(3.069)	(2.694)
				26.247	25.366	-	5.331	6.630	432	785		(99.281)	66.255

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



				Consolidado						Receitas (Despesas)	
				Ativo			Passivo				
Relacionamento	praticado	Duração	Circulante		Não circulante	Circulante		Não circulante		Operacionais	
			31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	2022	2021
				(*** Reapresentado)		(*** Reapresentado)		(*** Reapresentado)		(*** Reapresentado)	
Concessionárias (Nota 5)											
Venda de energia elétrica											
Suprimento de energia elétrica											
EDP São Paulo	Controle comum	289,25	01/01/2008 a 31/12/2037	3	2					29	27
EDP São Paulo	Controle comum	232,42	01/01/2009 a 31/12/2038	16	15					134	123
EDP São Paulo	Controle comum	216,43	01/01/2009 a 31/12/2038	51	50					439	400
EDP Trading	Controle comum		12/12/2001 a 28/02/2021								40.376
EDP Trading	Controle comum		01/03/2021 a 31/12/2024	9.513	9.719					119.908	99.177
EDP Trading	Controle comum		01/03/2021 a 31/03/2021								5.087
EDP Trading	Controle comum		01/04/2021 a 30/04/2021								3.556
EDP Trading	Controle comum		01/06/2021 a 30/06/2021								12.500
EDP Trading	Controle comum		01/07/2021 a 31/07/2021								4.082
EDP Trading	Controle comum		01/08/2021 a 31/08/2021								5.561
EDP Trading	Controle comum		01/09/2021 a 30/09/2021								6.813
EDP Trading	Controle comum		01/12/2021 a 31/12/2021		5.208						5.208
EDP Trading	Controle comum		01/04/2021 a 30/06/2021								6.852
EDP Trading	Controle comum		01/10/2021 a 31/12/2021		2.399						7.121
EDP Trading	Controle comum		01/01/2022 a 31/01/2022							6.917	
EDP Trading	Controle comum		01/02/2022 a 28/02/2022							1.781	
EDP Trading	Controle comum		01/03/2022 a 31/03/2022							2.430	
EDP Trading	Controle comum		01/04/2022 a 30/04/2022							2.441	
EDP Trading	Controle comum		01/05/2022 a 31/05/2022							9.660	
EDP Trading	Controle comum		01/01/2022 a 31/12/2022	2.502						2.502	
EDP Espírito Santo	Controle comum	291,13	01/01/2008 a 31/12/2037	5	7					29	57
EDP Espírito Santo	Controle comum	293,66	01/01/2009 a 31/12/2038	9	13					134	103
EDP Espírito Santo	Controle comum	273,48	01/01/2009 a 31/12/2038	42	41					378	336
EDP São Paulo	Controle comum	293,26	01/08/2002 a 15/12/2032	333	315					3.989	3.045
Uso do sistema de transmissão											
EDP Trading	Controle comum		01/01/2003 a 16/12/2032								5.208
EDP São Paulo	Controle comum		01/08/2005 a 15/12/2032	27	26					309	274
				12.501	17.795	-	-	-	-	151.080	205.906
Rendas a Receber											
Arrendamento UHE Lajeado											
CEB Lajeado	Acionista não controlador		15/01/1998 a 15/01/2033	3.865	2.168					46.376	26.014
Paulista Lajeado	Acionista não controlador		15/01/1998 a 15/01/2033	1.352	759					16.232	9.105
				5.217	2.927	-	-	-	-	62.608	35.119

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Relacionamento	praticado	Duração	Consolidado						
				Ativo		Passivo			Receitas (Despesas)	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante		Operacionais	
				31/12/2022	31/12/2021 (***) Reapresentado	31/12/2022	31/12/2021 (***) Reapresentado	31/12/2021 (***) Reapresentado	2022	2021 (***) Reapresentado
Fornecedores (Nota 17)										
Suprimento de energia elétrica										
EDP Trading	Controle comum		01/01/2021 a 31/12/2021		2.696				(31.741)	
EDP Trading	Controle comum		01/07/2021 a 31/12/2021		3.901				(23.157)	
EDP Trading	Controle comum		01/06/2021 a 30/06/2021						(12.482)	
EDP Trading	Controle comum		01/07/2021 a 31/07/2021						(4.076)	
EDP Trading	Controle comum		01/08/2021 a 31/08/2021						(5.508)	
EDP Trading	Controle comum		01/09/2021 a 30/09/2021						(6.748)	
EDP Trading	Controle comum		01/01/2022 a 31/12/2022			5.185			(72.592)	
Uso do sistema de transmissão										
Horizon Transmissão ES	Controle comum (*)		09/02/2019 a 31/01/2033		3				(34)	
Horizon Transmissão MA II	Controle comum (*)		04/01/2020 a 31/01/2033		5				(57)	
Horizon Transmissão MA I	Controle comum (*)		01/11/2001 a 31/01/2033		14				(90)	
EDP Transmissão Aliança	Controle comum		04/01/2020 a 31/01/2033		53	10			(412)	
EDP Transmissão Litoral Sul	Controle comum		04/01/2020 a 31/01/2033		5	1			(34)	
EDP Transmissão SP-MG	Controle comum		01/01/2021 a 31/01/2033		64				(436)	
EDP Goiás	Controle comum		01/11/2001 a 01/01/2033		23				(239)	
Contrato de prestação de serviços										
EDP Goiás	Controle comum (**)		01/06/2022 a 30/06/2023			553			(553)	
				-	-	5.883	6.630	-	-	(74.266)
Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 13)										
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (a)										
EDP - Energias do Brasil	Controladora		01/01/2019 a 31/12/2022			25		733	1.644	(3.078)
Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura (b)										
EDP - Energias do Brasil	Controladora		01/01/2015 a 31/12/2022					32	10	(485)
EDP São Paulo	Controle comum		01/01/2021 a 31/12/2022					8	24	(14)
Contrato de prestação de serviços (d)										
EDP Trading	Controle Comum		01/12/2019 a 30/11/2024				79			(395)
Contrato de Compartilhamento de Atividades de BackOffice (c)										
EDP - Energias do Brasil	Controladora		01/01/2019 a 31/12/2022					148	104	(2.572)
				-	-	25	-	79	1.782	(6.544)
				17.718	20.722	25	5.883	6.709	921	1.782
										132.878
										150.780

(*) Em 28 de dezembro de 2021, a controladora EDP - Energias do Brasil alienou as companhias Horizon Transmissão ES, Horizon Transmissão MA I e Horizon Transmissão MA II.

(**) Em 07 de fevereiro de 2022, a controladora EDP - Energias do Brasil adquiriu a companhia EDP Goiás.

(***) Os montantes em 31 de dezembro de 2021 estão reapresentados para adequada informação do consolidado.

(****) Em 07 de dezembro de 2022, a controladora EDP - Energias do Brasil alienou a companhia Energest.

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritos na nota 31.2.

As operações realizadas com as contrapartes informadas abaixo ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

(a) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos: O instrumento tem por objetivo o rateio de gastos com recursos humanos das atividades compartilhadas entre a controladora EDP - Energias do Brasil e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading, Energest (***), Investco, Lajeado, Porto do Pecém, Horizon Transmissão ES (*), EDP Transmissão Aliança, Horizon Transmissão MA I (*), Horizon Transmissão MA II (*) e EDP Transmissão SP-MG. O contrato mantém o critério de rateio regulatório e possui vigência até dezembro de 2022.

(b) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações da sede da *holding* EDP - Energias do Brasil em São Paulo, onde a Companhia possui instalada uma filial.

Em 2021, foram assinados contratos de compartilhamento de Infraestrutura relacionados à nova sede da controladora EDP - Energias do Brasil. O contrato celebra o compartilhamento entre a controladora e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading, Energest (***), Investco, Lajeado, Porto do Pecém, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão Norte, Mata Grande Transmissora, EDP Transmissão Litoral Sul e EDP Transmissão SP-MG.

Os demais contratos de compartilhamento de Infraestrutura relacionados à unidade da Companhia localizada em São José dos Campos, celebram o compartilhamento de espaço e serviços de infraestrutura entre a EDP São Paulo e partes relacionadas EDP Trading, Porto do Pecém, Investco, Lajeado, EDP Smart Serviços, EDP Smart Soluções e EDP Smart Energia, já o segundo contrato com as partes EDP - Energias do Brasil, EDP Espírito Santo, Energest (***), EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão Norte, Mata Grande Transmissora, EDP Transmissão Litoral Sul e EDP Transmissão SP-MG.

Com a alienação pela controladora EDP - Energias do Brasil, das companhias Horizon Transmissão ES (*), Horizon Transmissão MA I (*) e Horizon Transmissão MA II (*) em dezembro de 2021 foi firmado aditivo, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, onde as tais estarão excluídas do compartilhamento.

A partir de 07 de fevereiro de 2022, foram firmados os aditivos com a inclusão da EDP Goiás (**) como parte dos contratos. Os contratos têm vigência até 31 de dezembro de 2026.

Os percentuais de rateio devem ser revistos anualmente e, em caso de alterações, os termos aditivos devem ser submetidos à anuência prévia da ANEEL.

(c) Contrato de Compartilhamento de Atividades de BackOffice: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de *BackOffice*, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc.

O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente, e envolve as seguintes partes relacionadas: EDP - Energias do Brasil e suas partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading, Energest (***), Investco, Lajeado, Porto do Pecém, Horizon Transmissão ES (*), EDP Transmissão Aliança, Horizon Transmissão MA I (*), Horizon Transmissão MA II (*) e EDP Transmissão SP-MG. Com a alienação da Horizon Transmissão ES (*), Horizon Transmissão MA I (*) e Horizon Transmissão MA II (*) em dezembro de 2021, a partir de 2022 elas estão excluídas do compartilhamento, fato que foi firmado em aditivo contratual.

Em 10 de dezembro de 2019 este contrato foi anuído pela ANEEL, por meio do Despacho nº 3.399, com sua vigência até 31 de dezembro de 2023.

Em 2022 foi firmado o aditivo com a inclusão das empresas Mata Grande Transmissora, EDP Transmissão Norte e EDP Goiás (**) como parte do contrato.

O critério de rateio considera os mesmos direcionadores mencionados acima. Esses contratos são dispensados de anuência prévia da ANEEL, uma vez que os valores de desembolso das empresas participantes se enquadram nos limites de dispensa. O contrato de compartilhamento de atividades de *backoffice* tem vigência até 31 de dezembro de 2023.

(*) Em 28 de dezembro de 2021, a controladora EDP - Energias do Brasil alienou as companhias Horizon Transmissão ES, Horizon Transmissão MA I e Horizon Transmissão MA II e, consequentemente, a partir desta data elas foram excluídas dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora.

(**) Em 07 de fevereiro de 2022, a controladora EDP - Energias do Brasil adquiriu a companhia EDP Goiás.

(***) Em 07 de dezembro de 2022, a controladora final EDP - Energias do Brasil alienou a Companhia Energest e, consequentemente, a partir desta data foi excluída dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora final.

10.1 Controladora direta e final

A controladora direta da Companhia é a EDP - Energias do Brasil, sendo esta controlada pela EDP – Energias de Portugal S.A.

10.2 Compromissos contratuais

A Companhia possui um contrato de compra de energia no Ambiente de Contratação Livre - ACL junto à EDP Trading (controlada da EDP - Energias do Brasil) de: (i) 8 MWm com início de suprimento em 1º julho de 2023 e término em 30 de setembro de 2023.

Possui também quatro novos contratos de venda de energia no Ambiente de Contratação Livre - ACL junto a EDP Trading (controlada da EDP - Energias do Brasil) de: (i) 64 MWm com início de suprimento em 1º janeiro de 2022 e término em 31 de dezembro de 2024; (ii) 11 MWm com início de suprimento em 1º janeiro de 2023 e término em 31 de março de 2023; (iii) 15 MWm com início de suprimento em 1º janeiro de 2023 e término em 31 de maio de 2023; (iv) 50 MWm com início de suprimento em 1º janeiro de 2025 e término em 31 de dezembro de 2025.

10.3 Remuneração dos administradores

	2022			2021		
	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Total	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Total
Remuneração (a)	323	172	495	298	172	470
Benefícios de curto prazo (b)	2		2			
Total	325	172	497	298	172	470

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

11 Dividendos – Ativos e Passivos

Os dividendos e os Juros sobre o capital próprio - JSCP são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos: quando aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia, eventualmente deduzidos do JSCP já declarados no exercício; (iii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária - AGO; e (iv) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral. Os dividendos a receber são registrados como ativo nas demonstrações financeiras da Companhia, em consonância com a prática contábil do passivo anteriormente descrita.

Os créditos de juros sobre o capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida do patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito. Para o JSCP a receber, são inicialmente registrados em receitas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida ao investimento.

Dividendos do exercício de 2021

Foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária - AGO, realizada em 29 de abril de 2022, a destinação do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 com a destinação de JSCP no valor bruto de R\$22.864, sendo R\$19.434 líquido de Imposto de renda, dividendos adicionais no valor de R\$111.986 e dividendos complementares no valor de R\$204.619. Deste montante, já haviam sido contabilizados como dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2021 o montante relativo ao JSCP, R\$94.000 como dividendos intermediários e R\$110.519 como dividendos complementares. Os montantes foram pagos integralmente da seguinte forma: (i) R\$94.000 em 16 de novembro de 2021; e (ii) R\$241.939 em 18 de maio de 2022.

Dividendos do exercício de 2022

Em 22 de dezembro de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de JSCP do exercício de 2022 no montante bruto de R\$32.583, sendo R\$27.696 líquido de Imposto de renda, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada.

	Controladora						
	Dividendos			JSCP	Partes beneficiárias	Recebimentos / Pagamentos /	31/12/2022
	31/12/2021	Complemen-tares	Adicionais				
Ativo							
Investco	10.102	-	5.814	29.128	-	(15.916)	29.128
	10.102	-	5.814	29.128	-	(15.916)	29.128
Passivo							
EDP - Energias do Brasil	11.343	34.399	104.385	12.993		(115.728)	47.392
Eletrobras	155.492	107.121		13.757	31.082	(155.492)	151.960
Governo do Tocantins	826	2.505	7.601	946		(8.427)	3.451
	167.661	144.025	111.986	27.696	31.082	(279.647)	202.803

	Consolidado							
	Dividendos			JSCP	Partes beneficiárias	Pagamentos não realizados		31/12/2022
	31/12/2021	Complemen-tares	Adicionais			Pagamentos	realizados	
Passivo								
EDP - Energias do Brasil	11.343	34.399	104.385	12.993		(115.728)		47.392
CEB Lajeado	2.767		1.593	7.980		(4.360)		7.980
Paulista Lajeado Energia	969		557	2.794		(1.526)		2.794
Eletrobras	155.492	107.121		13.757	31.082	(155.492)		151.960
Acionistas não controladores (*)	2.789			2			21	2.812
Governo do Tocantins	826	2.505	7.601	946		(8.427)		3.451
	174.186	144.025	114.136	38.472	31.082	(285.533)	21	216.389

(*) O saldo de Acionistas não controladores em 31 de dezembro de 2022 de R\$2.812 (R\$2.789 em 31 de dezembro de 2021) refere-se aos montantes os quais a instituição financeira responsável pelas distribuições (agente custodiante) não identificou dados cadastrais de conta corrente válidos para efetuar o devido pagamento. Conforme o disposto no Artigo 287, inciso II, da Lei nº 6.404/76, consideram-se prescritos em três anos os dividendos não pagos contado o prazo da data em que tenham sido postos à disposição do acionista.

12 Prêmio de risco - GSF

Devido a adesão da repactuação do risco hidrológico no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde 92% da exposição ao *Generation Scaling Factor* - GSF é protegida, o saldo do Ativo circulante e Não circulante na Companhia de R\$16.885 (R\$19.585 em 31 de dezembro de 2021) e no Consolidado de R\$17.185 (R\$19.933 em 31 de dezembro de 2021), referem-se aos prêmios equivalentes aos montantes pagos de GSF nas competências de janeiro a dezembro de 2015, amortizável linearmente no período de janeiro de 2015 a março de 2029, de acordo com os Despachos nº 4.130 e 4.133 de 23 de dezembro de 2015. No exercício foram amortizados os montantes na Companhia de R\$2.701 (R\$1.351 em 2021) e no Consolidado de R\$2.749 (R\$1.375 em 2021).

13 Outros créditos – Ativo e Outras contas a pagar – Passivo

	Nota	Controladora				Consolidado			
		Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Outros créditos - Ativo									
Serviços em curso					64	62	528	501	
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	10							25	
Estoques	13.1					7.782	7.546		
Depósitos judiciais				257	257			1.807	1.235
Outros		48	8	3	8	919	438	3	8
Total		48	8	260	265	8.765	8.046	2.338	1.769
Outras contas a pagar - Passivo									
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	10			432	785			921	1.782
Arrendamentos e aluguéis		143	124	793	802	341	367	1.545	2.026
Obrigações Sociais e Trabalhistas	13.2	166	159			2.759	2.780		
Encargos Setoriais	13.3	4.542	9.837			4.605	9.903		
Outros		15	14	1		498	394	2	
Total		4.866	10.134	1.226	1.587	8.203	13.444	2.468	3.808

13.1 Estoques

A totalidade do saldo dos estoques em 31 de dezembro de 2022 de R\$7.782 (R\$7.546 em 31 de dezembro de 2021) refere-se aos materiais utilizados na operação e manutenção da UHE Lajeado. Os materiais utilizados na construção da infraestrutura da concessão estão classificados no Imobilizado (Nota 15) pelo montante, em 31 de dezembro de 2022, de R\$922 (R\$825 em 31 de dezembro de 2021).

Os estoques estão demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos de eventual perda no valor recuperável. O método de avaliação dos estoques é efetuado com base na média ponderada móvel.

13.2 Obrigações sociais e trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

13.3 Encargos setoriais

Do saldo total consolidado em 31 de dezembro de 2022 de R\$4.605 (R\$9.903 em 31 de dezembro de 2021), R\$895 (R\$5.893 em 31 de dezembro de 2021) refere-se às obrigações a aplicar no programa de P&D registrados pela Companhia e sua controlada e são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica (Nota 1.1.2). A Companhia e sua controlada têm a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio das Resoluções Normativas ANEEL nº 316/08, aplicada até setembro de 2012, alterada pela Resolução Normativa nº 504/12. O saldo contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes a esses programas.

As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:

	Nota	Saldo em 31/12/2021	Adição	Atualização Monetária	Pagamentos	Saldo em 31/12/2022
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	13.4	5.882	6.972	350	(12.322)	882
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH		3.776	16.611		(16.913)	3.474
Outros encargos		179	2.229		(2.222)	186
Total		9.837	25.812	350	(31.457)	4.542

13.4 Pesquisa e desenvolvimento - P&D

Refere-se às obrigações a aplicar no programa de P&D registrado pela Companhia e são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica (Nota 1.1.2). A Companhia e sua controlada têm a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 897/20. O saldo contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes à esses programas.

A ANEEL aprovou o Despacho nº 904/2021 que destina os recursos não utilizados de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Eficiência Energética - EE, geridos pela Controlada, para a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, sendo o recolhimento na data base de 31 de agosto de 2020 e seus respectivos percentuais aplicáveis entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025 (Corrente) sob as obrigações devidas aos programas. O percentual de repasse da Controlada destinado à CDE é de 30%.

14 Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, o investimento na Investco, na qual a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, acompanhada de uma participação de 73% dos direitos a voto (capital votante), é avaliado por equivalência patrimonial. A existência e o efeito de possíveis direitos a voto prontamente praticáveis ou conversíveis, são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. A consolidação cessará a partir da data em que a Companhia não mais obtiver o controle da investida.

14.1 Movimentação dos investimentos no exercício

Nota	Controladora					% Participação direta		
	Saldo em 31/12/2021	Amortiza- ções	Equivalência patrimonial	Dividendos / JSCP	Outros resultados abrangentes	Saldo em 31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021
Investimentos								
Investco	666.253		80.560	(40.083)	167	706.897	73	73
Direito de Concessão	315.958	(28.723)				287.235		
Total	982.211	(28.723)	80.560	(40.083)	167	994.132		

14.1.1 Direito de Concessão

Refere-se à parcela cindida do ágio incorporado decorrente da aquisição de ações, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99 e ICPC 09 e, conforme determinação da ANEEL, está sendo realizado pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo de concessão da Investco.

O ágio é baseado em rentabilidade futura, suportado por laudo de avaliação econômico-financeiro emitido por avaliador independente e está sendo amortizado linearmente pelo prazo restante da concessão, até dezembro de 2032, não gerando benefícios fiscais para a Companhia.

Para fins de consolidação, o Direito de Concessão é classificado como Intangível (Nota 16).

14.2 Participação direta do investimento

	Investco	
	31/12/2022	31/12/2021
Ações / Quotas possuídas pela Companhia (Mil)		
Ordinárias	293.608	293.608
Preferenciais	197.007	197.007
% de participação da Companhia		
Capital social integralizado	62,39	62,39
Capital votante	73,00	73,00
Ativos totais	1.269.669	1.158.301
Passivos (Circulantes e Não circulantes)	301.314	245.624
Patrimônio líquido	968.355	912.677
Receitas	220.982	126.818
Resultado líquido do exercício	110.356	27.576

14.3 Reconciliação das demonstrações financeiras do Investimento

	Investco	
	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio líquido - Saldo inicial	912.677	909.301
Distribuição de dividendos aos acionistas	(54.907)	(24.472)
Lucro líquido do período	110.356	27.576
Outros resultados abrangentes	229	272
Patrimônio líquido - Saldo final	968.355	912.677
Percentual de participação societária - %	73%	73%
Participação nos investimentos	706.898	666.252
Direito de concessão	287.235	315.958
Saldo contábil do investimento na Controladora	994.133	982.210

15 Imobilizado

São contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e em condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº674 de 11 de agosto de 2015.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

15.1 Composição do Imobilizado

	Controladora							
	31/12/2022				31/12/2021			
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Administração								
Móveis e utensílios	6,25	58	(58)	-	6,25	58	(58)	-
Total do Imobilizado em serviço		58	(58)	-		58	(58)	-
Ativos de direito de uso (Nota 15.1.1)								
Edificações, obras civis e benfeitorias	8,69	894	(133)	761	8,33	847	(59)	788
Total Ativos de direito de uso		894	(133)	761		847	(59)	788
Total do Imobilizado		952	(191)	761		905	(117)	788

	Consolidado							
	31/12/2022				31/12/2021			
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos		117.759		117.759		117.759		117.759
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00	696.032	(277.059)	418.973	2,00	696.032	(263.139)	432.893
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,23	334.371	(156.812)	177.559	2,23	334.371	(149.361)	185.010
Máquinas e equipamentos	3,12	436.141	(232.599)	203.542	3,12	436.141	(219.171)	216.970
Veículos	14,29	598	(558)	40	14,29	598	(511)	87
Móveis e utensílios	7,17	1.002	(266)	736	7,17	867	(180)	687
		1.585.903	(667.294)	918.609		1.585.768	(632.362)	953.406
Sistema de transmissão de conexão								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,22	529	(343)	186	3,22	529	(326)	203
Máquinas e equipamentos	2,44	17.560	(11.543)	6.017	2,44	17.560	(11.208)	6.352
		18.089	(11.886)	6.203		18.089	(11.534)	6.555
Administração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	12,24	93	(23)	70	12,24	93	(11)	82
Máquinas e equipamentos	11,45	1.360	(1.049)	311	11,45	1.359	(955)	404
Veículos	14,29	1.089	(732)	357	14,29	703	(648)	55
Móveis e utensílios	8,34	1.067	(456)	611	8,46	1.036	(374)	662
		3.609	(2.260)	1.349		3.191	(1.988)	1.203
Total do Imobilizado em serviço		1.607.601	(681.440)	926.161		1.607.048	(645.884)	961.164
Ativos de direito de uso (Nota 15.1.1)								
Edificações, obras civis e benfeitorias	13,66	1.875	(615)	1.260	10,89	2.485	(397)	2.088
Veículos	20,00	255	(51)	204				-
Total Ativos de direito de uso		2.130	(666)	1.464		2.485	(397)	2.088
Imobilizado em curso								
Geração								
Terrenos (Nota 22.1.1.1)		13.138		13.138		13.138		13.138
Outros		12.552		12.552		7.155		7.155
Administração		746		746		435		435
Total do Imobilizado em curso		26.436	-	26.436		20.728	-	20.728
Total do Imobilizado		1.636.167	(682.106)	954.061		1.630.261	(646.281)	983.980

15.1.1 Ativos de direito de uso

Referem-se aos ativos registrados no âmbito do CPC 06 (R2) descritos abaixo:

- **Edificações, obras civis e benfeitorias:** referem-se, substancialmente, aos contratos de aluguel relativos: (i) ao escritório administrativo da controlada da Companhia localizado em Palmas; e (ii) à sede da Companhia e à filial da controlada localizadas em São Paulo.
- **Veículos:** refere-se ao contrato de aluguel dos veículos de frota utilizados pelos colaboradores para locomoção na prestação dos serviços e também dos veículos executivos utilizados pela alta gestão.

15.2 Movimentação do Imobilizado

		Controladora				Consolidado			
		Valor líquido em 31/12/2021		Depreciações		Valor líquido em 31/12/2022			
		Ingressos				Reclassificação (Nota 16.2)	Reversão	Valor líquido em 31/12/2022	
Ativos de direito de uso									
Edificações, obras civis e benfeitorias									
		788	47	(74)				761	
Total do Imobilizado		788	47	(74)				761	
Imobilizado em serviço									
Terrenos		117.759						117.759	
Reservatórios, barragens e adutoras		432.893		(13.920)				418.973	
Edificações, obras civis e benfeitorias		185.295		(7.480)				177.815	
Máquinas e equipamentos		223.726		(13.856)				209.870	
Veículos		142	385	(130)				397	
Móveis e utensílios		1.349		(169)				1.347	
Total do Imobilizado em serviço		961.164	-	(35.555)	-	-	-	926.161	
Ativos de direito de uso									
Edificações, obras civis e benfeitorias									
		2.088	103	(218)			(713)	1.260	
Veículos									
		-	255	(51)				204	
Total Ativos de direito de uso		2.088	358	(269)	-	-	(713)	1.464	
Imobilizado em curso									
Máquinas e equipamentos		15.2.1	6.122	5.986		(1)	181	12.288	
A ratear			570	(167)		(10)	7	400	
Depósitos judiciais		22.1.1.1	13.138					13.138	
Outros			898	251	(385)		(154)	610	
Total do Imobilizado em curso			20.728	6.237	(552)	(11)	34	26.436	
Total do Imobilizado			983.980	6.595	(35.824)	(11)	34	954.061	

15.2.1 Máquinas e equipamentos

Referem-se aos gastos com a reforma do telhado da casa de força, substituição dos anéis de vedação das turbinas e aquisição de oito trocadores de calor do gerador.

16 Intangível

Estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

16.1 Composição do Intangível

		Controladora								
		Taxas anuais médias de amortização		31/12/2022		Taxas anuais médias de amortização		31/12/2021		
Nota		%	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	%	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	
Intangível em serviço										
Geração										
Direito de concessão - GSF		16.1.2	6,95	229.338	(26.224)	203.114	6,95	229.338	(10.293)	219.045
				229.338	(26.224)	203.114		229.338	(10.293)	219.045
Administração										
Software			20,00	285	(256)	29	20,00	249	(249)	-
Total do Intangível em serviço				229.623	(26.480)	203.143		229.587	(10.542)	219.045
Intangível em curso										
Administração				32	-	32		36	-	36
Total do Intangível em Curso				32	-	32		36	-	36
Atividades não vinculadas à concessão										
Ágio na incorporação de sociedade controladora		16.1.3	4,50	375.963	(266.182)	109.781	4,50	375.963	(251.519)	124.444
(-) Provisão para manutenção de dividendos		16.1.3.1	4,50	(375.963)	266.182	(109.781)	4,50	(375.963)	251.519	(124.444)
				-	-	-		-	-	-
Total do Intangível				229.655	(26.480)	203.175		229.623	(10.542)	219.081
		Consolidado								
		Taxas anuais médias de amortização		31/12/2022		Taxas anuais médias de amortização		31/12/2021		
Nota		%	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	%	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	
Intangível em serviço										
Geração										
Software			20,00	363	(192)	171	20,00	363	(135)	228
Direito de concessão - Licenças ambientais			19,82	22.014	(16.730)	5.284	19,82	22.014	(13.973)	8.041
Direito de concessão - GSF		16.1.2	6,95	229.338	(26.224)	203.114	6,95	229.338	(10.293)	219.045
Direito de concessão - Ágio		1.1	4,62	742.647	(452.588)	290.059	4,61	739.378	(423.421)	315.957
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP		16.1.1	3,22	31.864	(15.249)	16.615	3,22	20.137	(13.011)	7.126
				1.026.226	(510.983)	515.243		1.011.230	(460.833)	550.397
Administração										
Software			20,00	2.228	(1.438)	790	20,00	1.368	(1.199)	169
				2.228	(1.438)	790		1.368	(1.199)	169
Total do Intangível em serviço				1.028.454	(512.421)	516.033		1.012.598	(462.032)	550.566
Intangível em curso										
Geração				154	-	154		154	-	154
Administração				1.050	-	1.050		1.014	-	1.014
Total do Intangível em Curso				1.204	-	1.204		1.168	-	1.168
Atividades não vinculadas à concessão										
Ágio na incorporação de sociedade controladora		16.1.3	4,50	375.963	(266.182)	109.781	4,50	375.963	(251.519)	124.444
(-) Provisão para manutenção de dividendos		16.1.3.1	4,50	(375.963)	266.182	(109.781)	4,50	(375.963)	251.519	(124.444)
Total do Intangível				1.029.658	(512.421)	517.237		1.013.766	(462.032)	551.734

16.1.1 Direito de concessão - Uso do bem público - UBP

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE Lajeado. Foi constituído pelo valor total da contraprestação do direito relacionado com o uso do bem público até o final do contrato de concessão, registrados em contrapartida do passivo (Nota 21). A amortização ocorrerá pelo prazo do contrato de concessão (Nota 1.1.1).

Em decorrência da aplicação do dispositivo de extensão de concessão, o Direito de Concessão relativo ao UBP foi recalculado para incluir o período adicional de Concessão (Nota 3.2). O valor de R\$11.728 em 31 de dezembro de 2022 está sendo amortizado pelo novo prazo de concessão desde de janeiro de 2022.

16.1.2 Direito de concessão - GSF

Refere-se a direito a extensão da concessão oriundo da Lei nº 10.985/18, que trata do ressarcimento dos riscos não hidrológicos do *Generation Scaling Factor* - GSF. O Ativo foi reconhecido conforme as estimativas divulgadas pela CCEE dos efeitos de GSF no ACL e ACR, totalizando um incremento estimado de 32,7 meses na concessão da Companhia e sua controlada. A amortização teve início em janeiro de 2021 e ocorrerá pelo prazo remanescente do contrato de concessão.

16.1.3 Ágio na incorporação de sociedade controladora

Como resultado da reorganização societária da incorporação da Tocantins Energia S.A. e da EDP Lajeado Energia S.A. pela Companhia, ocorrida em 30 de novembro de 2009, foi registrado ágio no valor de R\$375.963 suportado por laudo de avaliação econômico-financeiro emitido por avaliadores independentes, que será amortizado pelo prazo remanescente da concessão até dezembro de 2032, conforme Resolução Autorizativa da ANEEL nº 2.218/09.

Em 31 de dezembro de 2022 o teste de recuperação do ágio da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas nos ativos intangíveis. No exercício não foram constatadas evidências de perdas não recuperáveis, eventos ou alterações nas premissas e circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

16.1.3.1 Provisão para manutenção de dividendos - Efeitos CVM nºs 319/99 e 349/99

Saldo do ágio não amortizado da EDP Lajeado Energia	109.781
Alíquota de imposto de renda e contribuição social	34%
Benefício fiscal de amortização do ágio (Nota 9.1.1.1)	<u>37.326</u>
Provisão para manutenção dos dividendos	72.455

A constituição da provisão para manutenção dos dividendos visa ajustar o valor do ágio pago ao valor do benefício fiscal esperado por sua amortização e, conseqüentemente, ajustar o fluxo de dividendos futuros da Companhia, para que este não seja afetado negativamente pela despesa incorrida na amortização contábil do ágio.

A provisão tem o objetivo de reduzir o valor do ágio, após a incorporação da EDP Lajeado, ao seu montante líquido (representativo do efetivo benefício fiscal), parcela que possui substância econômica que lhe permite ser considerada um ativo da Companhia em contrapartida da Reserva Especial de Ágio, no montante original de R\$127.827, no Patrimônio líquido (Nota 23.3.2).

16.2 Movimentação do Intangível

Nota	Controladora				Valor líquido em 31/12/2022
	Valor líquido em 31/12/2021	Ingressos	Transferência intangível em serviço	Amortizações	
Intangível em serviço					
Software	-		36	(7)	29
Direito de concessão - GSF	16.1.2	219.045		(15.931)	203.114
Total do Intangível em serviço		<u>219.045</u>	<u>-</u>	<u>(15.938)</u>	<u>203.143</u>
Intangível em curso					
Outros Intangíveis em curso		36	32	(36)	32
Total do intangível em curso		<u>36</u>	<u>32</u>	<u>(36)</u>	<u>32</u>
Total Intangível		<u>219.081</u>	<u>32</u>	<u>(15.938)</u>	<u>203.175</u>
Consolidado					
Nota	Valor líquido em 31/12/2021	Ingressos	Amortizações	Reclassificações	Valor líquido em 31/12/2022
Intangível em serviço					
Software		397		(295)	102
Direito de concessão - Licenças ambientais		8.041		(2.757)	5.284
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	16.1.1	7.126	11.728	(2.239)	16.615
Direito de concessão - GSF	16.1.2	219.045			219.045
Direito de concessão - Ágio	1.1	315.957	3.269	(45.098)	274.128
Total do Intangível em serviço		<u>550.566</u>	<u>14.997</u>	<u>(50.389)</u>	<u>515.174</u>
Intangível em curso					
Outros Intangíveis em curso		1.168	929	(34)	2.063
Total do Intangível em curso		<u>1.168</u>	<u>929</u>	<u>(34)</u>	<u>2.063</u>
Total Intangível		<u>551.734</u>	<u>15.926</u>	<u>(50.389)</u>	<u>517.237</u>

17 Fornecedores

Nota	Controladora		Consolidado	
	Circulante		Circulante	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Investco - Arrendamento	17.1	14.106	7.912	
Suprimento de energia elétrica	25.1	5.185	6.597	5.185
Encargos de uso da rede elétrica		7.242	6.380	7.321
Operações CCEE		458		458
Materiais e serviços		1.175	178	7.182
Total		<u>28.166</u>	<u>21.067</u>	<u>20.146</u>
				<u>17.271</u>

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

17.1 Investco – Arrendamento

Refere-se ao Instrumento Particular de Contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001 e aditado em 23 de junho de 2009 (Nota 7).

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



18 Debêntures
18.1 Composição do saldo de Debêntures

Agente fiduciário	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Controladora e Consolidado								
										31/12/2022			31/12/2021					
										Encargos	Principal		Encargos	Principal				
										Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Circulante	Não circulante	Total		
Moeda Nacional																		
Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 476/09	200.000	1	200.000	2ª série da 2ª emissão em 08/12/2017	08/12/2017 a 08/12/2022	Readequação da estrutura de capital, com redução de capital social.	113,70% do CDI a.a.	Principal anual a partir de dezembro/2021 e juros semestral				-	667	100.000			100.667
(-) Custos de emissão				(1.635)		08/12/2017 a 08/12/2022			Amortização mensal				-		(78)			(78)
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Instrução CVM nº 476/09	100.000	1	100.000	3ª emissão em 14/11/2018	14/11/2018 a 20/10/2022	Capital de Giro de Refinanciamento de Dívida	109,25% do CDI a.a.	Principal anual a partir de outubro/2021 e juros semestral				-	836	50.000			50.836
(-) Custos de emissão				(351)		14/11/2018 a 20/10/2022			Amortização mensal				-		(41)			(41)
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 476/09	150.000	1	150.000	5ª emissão em 21/06/2021	21/06/2021 a 17/06/2024	Capital de Giro de Refinanciamento de Dívida	CDI + 1,05% a.a.	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral	901	150.000	150.901	702			150.000		150.702
(-) Custos de emissão				(608)		21/06/2021 a 17/06/2024			Amortização mensal			(296)	(296)			(493)		(493)
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 476/09	200.000	1	200.000	6ª emissão em 05/05/2022	05/05/2022 a 05/05/2025	Capital de Giro de Refinanciamento de Dívida	CDI + 1,45% a.a.	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral	4.327	200.000	204.327						-
(-) Custos de emissão				(631)		05/05/2022 a 05/05/2025			Amortização mensal			(494)	(494)					-
Total geral										5.228	349.210	354.438	2.205	149.881	149.507			301.593

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade financiamento na demonstração de fluxo de caixa.

18.2 Movimentação das debêntures no exercício

	Controladora e Consolidado					Valor líquido em 31/12/2022
	Valor líquido em 31/12/2021	Ingressos	Pagamentos	Juros provisionados	Transferências	
Circulante						
Debêntures						
Principal	150.000		(150.000)			-
Juros	2.205		(53.453)	56.476		5.228
Custo de transação	(119)				(333)	452
	152.086	-	(203.453)	56.476	(333)	5.228
Não circulante						
Debêntures						
Principal	150.000	200.000				350.000
Custo de transação	(493)	(630)			333	(790)
	149.507	199.370	-	-	333	349.210

18.3 Vencimento das parcelas

Controladora e Consolidado	
Vencimento	
Circulante	
2023	5.228
	5.228
Não circulante	
2024	149.704
2025	199.506
	349.210
Total	354.438

As emissões realizadas pela Companhia não são conversíveis em ação e foram emitidas de acordo com a Instrução CVM nº 476/09, ou seja, referem-se a ofertas públicas distribuídas com esforços restritos.

As principais cláusulas prevendo a rescisão dos contratos estão descritas abaixo, enquanto que a totalidade das cláusulas podem ser consultadas no prospecto ou na escritura da emissão:

• Para todas as emissões:

(i) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, não sanada no período estipulado pela Escritura de Emissão;

(ii) descumprimento, de qualquer obrigação referente ao principal e/ou à remuneração, não sanadas no período estipulado;

(iii) pedido de aut falência, liquidação, dissolução ou decretação de falência;

(iv) se a Emissora propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano;

(v) transformação da forma societária da Companhia de sociedade por ações para qualquer outro tipo societário, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;

(vi) não destinação, pela Companhia, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão nos termos da Cláusula 5 das escrituras e/ou utilização, pela Companhia, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão em atividades ilícitas e em desconformidade com as leis, regulamentos e normas relativas à proteção ao meio ambiente, ao direito do trabalho, segurança e saúde ocupacional, além de outras normas que lhe sejam aplicáveis em função de suas atividades;

(vii) rescisão, caducidade, encampação, intervenção, anulação, advento do termo final sem a devida prorrogação, ou qualquer outra forma de perda definitiva da Concessão; e

(viii) não observância, pela Companhia, do índice financeiro resultante da divisão Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 3,5 (três inteiros e cinco décimos).

• Específicas para a 2ª e 3ª emissões:

(i) realização, pela Emissora, de cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma relevante de reorganização societária, exceto se referida alienação: (a) não resultar em alteração de controle; (b) for previamente autorizada por debenturistas representando pelo menos 2/3 das debêntures em circulação; ou (c) tiver sido assegurado aos debenturistas, durante o prazo mínimo de 6 meses após a publicação dos atos, o direito de resgatar as debêntures de sua titularidade;

(ii) descumprimento de sentença condenatória final transitada em julgado em ação judicial cujo valor individual ou agregado seja superior a R\$75.000, sem que esteja em curso eventual ajuizamento, de boa-fé, pela Companhia de medidas judiciais visando suspender ou reverter os efeitos; e

(iii) descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Líquida/EBITDA não superior a 3,5 a ser apurado na data-base de 31 de dezembro de cada ano.

• Específicas para a 5ª emissão:

(i) vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Companhia no mercado de capitais, local ou internacional, nos termos de um ou mais instrumentos financeiros (incluindo, mas sem limitação, aqueles decorrentes de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais), cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo vencimento antecipado;

(ii) protesto de títulos contra a Companhia, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$75.000, ou seu equivalente em outras moedas, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo protesto, exceto se, no prazo de 10 (dez) dias contados da data de conhecimento de tal protesto pela Companhia, tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que o protesto (a) foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro ou era ilegítimo; (b) sustado e/ou cancelado; ou (c) tenha sua exigibilidade suspensa por medida judicial cabível;

(iii) intervenção ou interrupção das atividades da Companhia, por um período superior a 30 (trinta) Dias Úteis, (a) por revogação, suspensão ou extinção ou não renovação das autorizações, subvenções, alvarás ou licenças (excluindo as ambientais necessárias para o período de suas atividades); ou (b) em decorrência de arresto, sequestro, penhora ou qualquer outra medida judicial que implique perda da propriedade ou posse direta da totalidade ou parte substancial dos ativos da Companhia;

(iv) revelarem-se falsas, incorretas ou incompletas (nestes dois últimos casos, em seus aspectos relevantes), quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Companhia nesta Escritura de Emissão, incluindo, mas sem limitação àquelas relacionadas à Legislação Socioambiental e à Lei Anticorrupção, no momento em que foram prestadas;

(v) venda, cessão, locação ou alienação, pela Companhia, por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, da totalidade ou parte relevante de seus ativos, exceto se, cumulativamente, (a) no curso normal de seus negócios; e (b) o montante envolvido não for superior a R\$75.000, de forma individual ou agregada, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores à respectiva venda, cessão, locação ou alienação, e (c) de forma que não afete substancial e adversamente a condição econômica e/ou financeira da Companhia;

(vi) inadimplemento, pela Companhia, de quaisquer obrigações pecuniárias, nos termos de um ou mais instrumentos financeiros (incluindo, mas sem limitação, aqueles decorrentes de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais), cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior ao montante total de R\$75.000, ou seu equivalente em outras moedas, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo inadimplemento; e

(vii) inadimplemento, pela Companhia, de sentença judicial, ou decisão administrativa, e/ou decisão arbitral contra a Companhia cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$75.000, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo inadimplemento, sem que esteja em curso eventual ajuizamento, pela Companhia, de medidas judiciais visando suspender ou reverter os efeitos da referida sentença judicial ou decisão administrativa, ou decisão arbitral.

• Específicas para a 6ª emissão:

(i) de capitais, local ou internacional, nos termos de um ou mais instrumentos financeiros (incluindo, mas sem limitação, aqueles decorrentes de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais), cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$100.000, ou seu equivalente em outras moedas, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo vencimento antecipado; ou

(ii) protesto de títulos contra a Companhia, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$100.000, ou seu equivalente em outras moedas, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo protesto, exceto se, no prazo de 10 (dez) dias contados da data de conhecimento de tal protesto pela Companhia, tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que o protesto (a) foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro ou era ilegítimo; (b) sustado e/ou cancelado; ou (c) tenha sua exigibilidade suspensa por medida judicial cabível;

(iii) venda, cessão, locação ou alienação, pela Companhia, por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, da totalidade ou parte relevante de seus ativos, exceto se, cumulativamente, (a) no curso normal de seus negócios; e (b) o montante envolvido não for superior a R\$100.000, de forma individual ou agregada, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores à respectiva venda, cessão, locação ou alienação, e (c) de forma que não afete substancial e adversamente a condição econômica e/ou financeira da Companhia;

(iv) inadimplemento, pela Companhia, de sentença judicial, ou decisão administrativa, e/ou decisão arbitral contra a Companhia cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$100.000, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo inadimplemento, sem que esteja em curso eventual ajuizamento, pela Companhia, de medidas judiciais visando suspender ou reverter os efeitos da referida sentença judicial ou decisão administrativa, ou decisão arbitral; e

(v) inadimplemento, pela Companhia, de quaisquer obrigações pecuniárias, nos termos de um ou mais instrumentos financeiros (incluindo, mas sem limitação, aqueles decorrentes de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais), cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior ao montante total de R\$100.000, ou seu equivalente em outras moedas, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo inadimplemento.

A Administração da Companhia faz o acompanhamento de todas as cláusulas restritivas e no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 encontram-se em conformidade nos respectivos contratos de debêntures.

19 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

19.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Característica	Forma de pagamento	Consolidado							
			31/12/2022				31/12/2021			
			Encargos		Principal		Encargos		Principal	Total
Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante			
Moeda nacional										
Ações recebíveis cumulativa (v)	Ações preferenciais resgatáveis "A", "B" e "C"	Dividendos anuais e pagamento do principal ao término da concessão	10.879	29.310	62.768	102.957	3.705	31.112	57.744	92.561
Total			10.879	29.310	62.768	102.957	3.705	31.112	57.744	92.561

Os empréstimos e financiamentos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Referem-se às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela Investco no montante original de R\$144.556, onde, de acordo com o artigo 8º do seu Estatuto Social, os detentores de tais ações gozam do direito de recebimento de um dividendo anual fixo (juros), cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social.

Adicionalmente, de acordo com o artigo 9º, as ações preferenciais resgatáveis das classes "A" e "C", terão direito a equiparação na distribuição de dividendos caso sejam pagos dividendos a outras classes de ações superiores ao valor unitário dos dividendos anuais fixos.

O saldo em 31 de dezembro de 2022 de R\$102.957 (R\$92.561 em 31 de dezembro de 2021) contempla o montante original e os juros até 2033 (término da concessão), ambos descontados a valor presente pela taxa de 8,70% a.a., que equivale ao custo médio de captação da Investco na data de avaliação das ações.

Devido as suas características, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato da Investco não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o item 19 do CPC 39.

19.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no exercício

	Consolidado						Valor líquido em 31/12/2022
	Valor líquido em 31/12/2021	Pagamentos	Juros provisionados (Nota 19.2.1)	Transferências	Ajuste a valor presente	Ajuste a valor de mercado	
Circulante							
Juros	3.705	(7.451)	10.287	4.720		(382)	10.879
	3.705	(7.451)	10.287	4.720	-	(382)	10.879
Não circulante							
Principal	57.744				5.024		62.768
Juros	31.112			(4.720)	2.536	382	29.310
	88.856	-	-	(4.720)	7.560	382	92.078

19.2.1 Juros provisionados

Referem-se aos dividendos complementares destinados aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classes "A", "B" e "C", conforme descrito nos artigos 8º e 9º do Estatuto Social da Investco, registrados em contrapartida da despesa financeira (Nota 26).

19.3 Vencimento das parcelas

	<u>Consolidado</u>
Circulante	
2023	10.879
	<u>10.879</u>
Não circulante	
2024	3.989
2025	3.671
2026	3.377
2027	2.835
2028 até 2033	78.206
	<u>92.078</u>
Total	<u>102.957</u>

20 Benefícios pós-emprego

A Companhia e a controlada mantêm atualmente plano de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores na modalidade de Contribuição definida e a controlada Investco mantém plano de Assistência médica decorrente da Lei nº 9.656/98 na modalidade de benefício definido.

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 110/22, a contabilização de Benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1). Para atendimento a essa exigência a Investco contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial para o plano de Assistência médica, segundo o Método do Crédito Unitário Projetado.

A Investco reconhece as obrigações dos planos de benefício definido se o valor presente da obrigação, na data da demonstração financeira, é maior que o valor justo dos ativos do plano. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no período em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros resultados abrangentes. Os custos com serviços passados são reconhecidos no período em que ocorrem, integralmente no resultado na rubrica de Pessoal, e o resultado financeiro do benefício é calculado sobre o déficit/superávit atuarial utilizando a taxa de desconto do laudo vigente.

As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

	<u>Consolidado</u>			
	<u>Circulante</u>		<u>Não circulante</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Assistência médica - Lei nº 9.656/98	44	50	1.121	1.284
	<u>44</u>	<u>50</u>	<u>1.121</u>	<u>1.284</u>

20.1 Assistência médica Lei nº 9.656/98: Benefício definido

De acordo com a Lei nº 9.656/98, os empregados que pagam contribuição mensal fixa para o plano de assistência médica têm o direito de continuar em um plano semelhante, em caso de desligamento ou aposentadoria, por um tempo determinado conforme previsto na legislação aplicável aos Planos de Assistência à Saúde. O modelo de Assistência médica da Investco de abril de 2005 até dezembro de 2011 atendiam a essa condição.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2022 demonstrou uma obrigação presente para este plano do tipo benefício definido. Segue abaixo a movimentação das obrigações do plano de benefícios reconhecidos no passivo atualizados no exercício:

	<u>Consolidado</u>
<u>Nota</u>	<u>Valor presente das obrigações do plano</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(1.334)
Custo do serviço corrente	(59)
Custo dos juros	26 (119)
Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no PL	347
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>(1.165)</u>

20.2 Contribuição definida

A Companhia, sua controlada e as demais empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil são patrocinadoras do Plano Energias do Brasil administrado pela Enerprev, o qual encontra-se aberto para adesão de novos participantes. Neste plano, o participante pode contribuir com o percentual fixo de 1% até 7% do salário de contribuição, no qual o percentual da contribuição das patrocinadoras em seu favor no referido plano também ocorrerá na mesma proporção, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia e as demais patrocinadoras. Os participantes poderão ainda participar com contribuições voluntárias mensais, que equivalem a um percentual de sua livre escolha aplicado sobre o seu salário de contribuição, ou anuais, por meio de um valor único a escolha do participante. Este tipo de contribuição é efetuada adicionalmente à contribuição básica, sem a proporcional contribuição das patrocinadoras.

Na qualidade de patrocinadora, a Companhia e a controlada contribuíram no exercício com R\$325 (R\$303 em 2021).

Esses planos em 31 de dezembro de 2022 tem a adesão de 47 colaboradores (53 em 31 de dezembro de 2021).

21 Uso do bem público - UBP

Trata-se de um direito de outorga decorrente de processos licitatórios onde o concessionário entrega, ou promete entregar, recursos econômicos em troca do direito de explorar o objeto de concessão ao longo do prazo previsto no contrato (Nota 1.1.1).

O valor justo total da obrigação relacionada com o UBP, até o final do contrato de concessão, foi provisionado e capitalizado em contrapartida do Intangível (Nota 16) no momento inicial do reconhecimento. A provisão do pagamento do UBP foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e está ajustada ao valor presente pela taxa implícita ao projeto de 6% a.a., que representava o custo médio de capital da Investco na data da assinatura do contrato de concessão.

Segue abaixo movimentação no exercício:

	<u>Consolidado</u>						
	<u>Saldo em 31/12/2021</u>	<u>Ingressos</u>	<u>Ajuste a valor presente</u>	<u>Encargos e atualizações monetárias</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Transferências</u>	<u>Saldo em 31/12/2022</u>
Circulante							
Uso do bem público	7.727		(52)	(256)	(7.796)	8.601	8.224
	<u>7.727</u>	<u>-</u>	<u>(52)</u>	<u>(256)</u>	<u>(7.796)</u>	<u>8.601</u>	<u>8.224</u>
Não circulante							
Uso do bem público	58.370	11.728	2.316	4.765		(8.601)	68.578
	<u>58.370</u>	<u>11.728</u>	<u>2.316</u>	<u>4.765</u>	<u>-</u>	<u>(8.601)</u>	<u>68.578</u>

22 Provisões

Nota	Controladora		Consolidado			
	Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Provisões cíveis e fiscais	22.1	479	450		16.792	16.314
Licenças ambientais	22.2			6.434	6.424	1.991
Total		479	450	6.434	6.424	18.783

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

22.1 Provisões cíveis e fiscais

A Companhia e sua controlada são partes em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio de assessores jurídicos.

22.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Controladora				Ativo		
	Passivo			Atualização monetária	Saldo em 31/12/2022	Depósito Judicial (Nota 13)	
	Saldo em 31/12/2021	Adições	Pagamentos			31/12/2022	31/12/2021
Fiscais	436	3	(9)	35	465	257	257
Outros	14				14		
Total Não circulante	450	3	(9)	35	479	257	257

	Consolidado				Ativo			
	Passivo				Atualização monetária	Saldo em 31/12/2022	Depósito Judicial (Nota 13)	
	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Pagamentos			Reversões	31/12/2022
Cíveis	15.281	1.143	(3.708)		3.117	15.833	223	214
Fiscais	436	3	(9)		35	465	257	257
Outros	597	116	(133)	(86)		494		
Total Não circulante	16.314	1.262	(3.850)	(86)	3.152	16.792	480	471

O valor total referente às garantias de provisões prováveis na controlada é de R\$1.546 em 31 de dezembro de 2022 (R\$1.981 em 31 de dezembro de 2021).

22.1.1.1 Cíveis

Indenizações

Indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório UHE Lajeado ou que pretendem majorar indenizações recebidas da Investco por conta do citado enchimento, cujo montante provisionado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$2.989 (R\$2.474 em 31 de dezembro de 2021).

Desapropriações

Referem-se a indenizações a título de desapropriações propostas pela Investco para enchimento do reservatório UHE Lajeado, em que se discute a diferença entre o valor depositado pela Investco e o valor pretendido pelo expropriado, cujo montante provisionado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$12.843 (R\$12.807 em 31 de dezembro de 2021). O saldo dos Depósitos judiciais, relacionados a estes processos, em 31 de dezembro de 2022 é de R\$13.138 (R\$13.138 em 31 de dezembro de 2021) e estão registrados no Imobilizado em curso - Depósitos judiciais (Nota 15.2).

Fiscais

Processo judicial da Companhia em face da Receita Federal, objetivando o cancelamento da multa de PIS e COFINS do período de 2004 e reconhecimento da denúncia espontânea, sendo que o débito está garantido por depósito judicial. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2022 é de R\$465 (R\$436 em 31 de dezembro de 2021). Atualmente aguarda-se o cumprimento da sentença e conversão do depósito.

22.1.1.2 Outros

Referem-se a honorários de êxito junto a assessores jurídicos pelas ações judiciais que encontram-se em andamento.

22.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

Nota	Controladora		Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
Cíveis	22.1.2.1	10.370	8.584	142.264	117.850
Fiscais	22.1.2.2	186.678	201.215	195.152	206.060
Total		197.048	209.799	337.416	323.910

O valor total referente as garantias de provisões possíveis em 31 de dezembro de 2022 na Companhia é de R\$108.309 (R\$101.597 em 31 de dezembro de 2021) e na controlada R\$238 (R\$229 em 31 de dezembro de 2021).

22.1.2.1 Cíveis

Indenizações

O saldo no consolidado refere-se, em sua grande maioria, às ações descritas na nota 22.1.1.1 Cíveis - Indenizações, no montante em 31 de dezembro de 2022 de R\$131.748 (R\$109.034 em 31 de dezembro de 2021).

Desapropriações

Referem-se a ações descritas na nota 22.1.1.1 Cíveis - Desapropriações, em 2022 os processos possessórios foram encerrados, sem desembolso para a Companhia (R\$112 em 31 de dezembro de 2021).

22.1.2.2 Fiscais

- Discussões nas esferas administrativa e judicial decorrente da atuação da Receita Federal do Brasil - RFB em 2014, que visa a cobrança de IRPJ e CSLL em decorrência da glosa de despesas com ágio gerado na aquisição de participação societária. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2022 é de R\$154.431 (R\$145.323 em 31 de dezembro de 2021). Atualmente, aguarda-se o julgamento da cobrança da multa majorada na esfera administrativa e na esfera judicial dos demais valores em cobrança (principal atualizado com acréscimo dos encargos da Procuradoria).
- Discussão na esfera administrativa relativa à não homologação pela Receita Federal, dos créditos de saldo negativo de IRPJ do ano-calendário de 2014, envolvendo o montante em 31 de dezembro de 2022 de R\$8.568 (R\$7.894 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia apresentou defesa e aguarda o julgamento.

22.1.2.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento cuja perda foi estimada como remota e, para estas ações, o saldo dos depósitos judiciais Consolidado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$1.189 (R\$764 em 31 de dezembro de 2021).

22.2 Licenças ambientais

Referem-se a provisões dos custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Lajeado, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IPCA.

A Investco realizou o ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa implícita ao projeto de 8,5% a.a., e compreende o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

Em 22 de dezembro de 2014 foi emitida pelo Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins a renovação da Licença de Operação – LO nº 11.182/14, válida pelo período de 5 anos, a contar da data de emissão. Como condicionantes da LO, a Investco deverá dar continuidade a determinados PBAs relacionados às licenças anteriores.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, foram reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já a licença de operação, obtida para a entrada em operação comercial da usina, e suas devidas renovações, foram reconhecidas como ativo intangível e serão amortizadas pelo prazo que representa a vigência da licença.

A Investco consultou seus assessores jurídicos que avaliaram que as medidas de natureza continuada previstas na licença sob prorrogação automática possuem validade prorrogada e que a legislação prevê prazos mínimo e máximo para a vigência da LO, portanto, a Investco entende que é possível considerar, para fins de provisionamento, as obrigações continuadas pelo prazo de mais 5 anos, previsto na Resolução CONAMA 237/97. A Investco segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizada por órgãos e agências governamentais, a Investco investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Investco.

Os desembolsos de natureza ambiental ocorridos durante o exercício foram de R\$5.592 (R\$1.675 em 2021). A totalidade destes montantes nos exercícios referem-se aos itens de manutenção da licença ambiental que já haviam sido provisionados e capitalizados.

	Consolidado					Saldo em 31/12/2022
	Saldo em 31/12/2021	Pagamentos	Atualização monetária	Transferências	AVP	
Circulante	6.424	(5.592)	424	5.154	24	6.434
Não circulante	6.247		290	(5.154)	608	1.991
Total	12.671	(5.592)	714	-	632	8.425

23 Patrimônio líquido

23.1 Capital social

O Capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é de R\$6.868.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

As ações preferenciais são classificadas como Patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis ou somente resgatáveis por opção da Companhia. Não dão direito a voto, possuindo preferência na liquidação da sua parcela do Capital social.

A composição do Capital social em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, está demonstrada a seguir:

	Quantidade de ações "ON"		Quantidade de ações "PNA"		Quantidade de ações "PNB"		Quantidade Total de ações		% Participação total
	Quantidade	% Participação	Quantidade	% Participação	Quantidade	% Participação	Total de ações		
EDP - Energias do Brasil	113.690.037	100,00%					113.690.037	55,86%	
Governo do Estado de Tocantins					8.278.231	100,00%	8.278.231	4,07%	
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras			81.549.616	100,00%			81.549.616	40,07%	
Outros	4	0,00%	4	0,00%			8	0,00%	
Total	113.690.041	100,00%	81.549.620	100,00%	8.278.231	100,00%	203.517.892	100,00%	

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

23.2 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada período será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

- (i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;
- (ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; e
- (iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Lucro a ser destinado			
Lucro líquido apurado no exercício		310.826	377.077
		<u>310.826</u>	<u>377.077</u>
Destinação do lucro			
Dividendos intermediários - JSCP	11	32.583	22.864
Dividendos intermediários	11		94.000
Dividendos complementares	11	144.025	110.519
Partes beneficiárias	23.3.1	31.082	37.708
Lucro do exercício a deliberar	23.3	103.136	111.986
		<u>310.826</u>	<u>377.077</u>
Dividendos por ação PNA - JSCP		0,10481	0,10481
Dividendos por ação PNB - JSCP		0,11738	0,11738
Dividendos por ação ON - JSCP		0,11738	0,11738
Dividendos intermediários PNA		0,37426	0,37426
Dividendos intermediários PNB		0,52046	0,52046
Dividendos intermediários ON		0,52046	0,52046

De acordo com o artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais classes "A" e "B" têm as seguintes vantagens:

(i) As ações preferenciais classe "A" gozam do direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial classe "A", 10% superior ao atribuído a cada ação ordinária; e

(ii) As ações preferenciais classe "B" gozam do direito de:

- prioridade no recebimento de um dividendo mínimo, não cumulativo, no valor de R\$748; e
- recebimento de dividendo adicional, quando e no montante que o dividendo pago às ações ordinárias exceder o mínimo garantido às ações preferenciais classe "B", calculado por ação, sendo que o pagamento dos dividendos das ações preferenciais classe "B" é subordinado ao pagamento das ações preferenciais classe "A".

O Acordo de Acionistas celebrado com a Eletrobras prevê: (i) distribuição integral dos lucros apurados na forma de dividendos e/ou Juros Sobre o Capital Próprio; e (ii) garantia de rendimento à Eletrobras equivalente a 49,67% do lucro de cada período, composto pelos dividendos das ações preferenciais, das partes beneficiárias e reservas constituídas, exceto a de investimentos.

23.3 Reservas

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Reservas de capital			
Partes beneficiárias	23.3.1	451.376	451.376
Ágio na incorporação de sociedade controladora	23.3.2	127.827	127.827
		<u>579.203</u>	<u>579.203</u>
Reservas de lucros			
Legal		1.372	1.372
Lucro do exercício a deliberar	23.3.3	103.136	111.986
Total		<u>104.508</u>	<u>113.358</u>
		<u>683.711</u>	<u>692.561</u>

23.3.1 Partes beneficiárias

A Companhia, em AGE de 15 de fevereiro de 2006, aprovou a alteração no Estatuto, criando: (i) 53.210.337 ações preferenciais nominativas não conversíveis, sem direito a voto e que terão direito ao recebimento de dividendos 10% superior ao atribuído a cada ação ordinária; e (ii) 10.000 partes beneficiárias, sem valor nominal, negociáveis e estranhas ao Capital social, conferindo aos seus titulares direito de crédito eventual contra a Companhia, no montante equivalente a 10% do lucro anual apurado pela Companhia, observado o disposto na Lei nº 6.404/76.

Estas ações, bem como as partes beneficiárias, foram integralmente subscritas e adquiridas, naquela data, pela Eletrobras.

O prazo de duração das partes beneficiárias é até 31 de outubro de 2032, quando serão, caso não tenham sido resgatadas, automaticamente convertidas em ações preferenciais Classe "A" (Artigo 14 do Estatuto) correspondente a 5,084% do total das ações emitidas pela Companhia (Artigo 14, Parágrafos 1º e 2º do Estatuto). O resgate pode ocorrer a qualquer tempo por deliberação da Companhia até o término do prazo de duração das partes beneficiárias.

O instrumento denominado partes beneficiárias cumpre com os itens 16C e 16D do CPC 39, e como tal, é classificado como um instrumento patrimonial. Além do exposto, o item AG26 do CPC 39 descreve que, quando as distribuições aos acionistas das ações preferenciais, cumulativas ou não, ocorre de acordo com o critério do emissor, as ações são instrumentos patrimoniais.

Assim, consideramos que ações ordinárias, ações preferenciais e partes beneficiárias devem ser classificadas como o mesmo tipo de instrumento, ou seja, patrimonial, pois possuem basicamente as mesmas características.

Durante a análise do CPC 48, no item 35, a Administração da Companhia entendeu que a distribuição deste instrumento patrimonial deve ser registrada diretamente no Patrimônio Líquido, procedendo desta forma desde o exercício de 2019.

23.3.2 Ágio na incorporação de sociedade controladora

O valor do acervo líquido incorporado pela Companhia, no montante de R\$127.827, foi integralmente destinado à Reserva Especial de Ágio na Incorporação, registrado no Patrimônio líquido da Companhia na forma do disposto no artigo 6º da Instrução CVM nº 319/99, sem alteração, do montante do capital subscrito e integralizado (Nota 16.1.3.1).

23.3.3 Dividendo adicional proposto e Lucro do exercício a deliberar

Refere-se à parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório deliberada em assembleia geral ou por outro órgão competente. É constituída conforme ICPC 08 (R1) e pode ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de O saldo em 31 de dezembro de 2021 de R\$111.986 foi distribuído como dividendos (Nota 11) conforme deliberação da AGO realizada em 29 de abril de 2022.

23.4 Outros resultados abrangentes

Referem-se à contabilização de passivos oriundos de benefícios pós-emprego relativos a ganhos e perdas atuariais, na controlada Investco, conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12 e regras estabelecidas no CPC 33 (R1), deduzido do respectivo Imposto de renda e contribuição social diferidos.

A movimentação de Outros resultados abrangentes no exercício é a seguinte:

	Controladora		
	Saldo em 31/12/2021	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2022
Ganhos e (Perdas) atuariais: Benefícios pós-emprego da controlada	303	167	470
	<u>303</u>	<u>167</u>	<u>470</u>

24 Receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Companhia e sua controlada, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia e sua controlada é atendida são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia e sua controlada reconhecem sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

- **Suprimento de energia elétrica:** A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia e sua controlada poderão vender a energia produzida na UHE Lajeado em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.

- **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde à multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.
- **Arrendamentos e aluguéis:** A receita de arrendamento é medida pelo valor justo da contraprestação a receber e reconhecida em base mensal conforme os contratos de arrendamento.

Nota	Controladora				Consolidado			
	MWh		R\$		MWh		R\$	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Suprimento de energia elétrica	3.110.011	3.470.531	804.800	771.560	3.144.837	3.505.314	815.584	780.617
Energia de curto prazo	32.710		11.951	6.941	35.836	823	12.281	7.114
Arrendamentos e aluguéis	7						62.608	35.119
Outras receitas operacionais			38.092	36.752			38.986	37.543
Receita operacional bruta	3.142.721	3.470.531	854.843	815.253	3.180.673	3.506.137	929.459	860.393
(-) Deduções à receita operacional								
Tributos sobre a receita								
PIS/COFINS			(79.073)	(75.411)			(85.975)	(79.111)
P&D			(6.972)	(6.732)			(7.059)	(6.813)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH			(16.611)	(14.720)			(16.841)	(14.924)
Outros encargos			(2.229)	(2.153)			(2.259)	(2.183)
			(104.885)	(99.016)			(112.134)	(103.031)
Receitas	3.142.721	3.470.531	749.958	716.237	3.180.673	3.506.137	817.325	757.362

24.1 Suprimento de energia elétrica

A variação no exercício mesmo com a diminuição do volume de energia vendida, quando comparada ao ano anterior, porém valorada a um preço médio maior devido ao reajuste anual dos contratos de venda.

25 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia e sua controlada classificam seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados à operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia e da controlada representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada com crédito de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	Nota	Controladora				Total
		Custo do serviço		Despesas Operacionais		
		Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas		
				Outras		
Energia elétrica comprada para revenda	25.1	75.399				75.399
Encargos de uso da rede elétrica		58.629				58.629
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada			888	1.985		2.873
Material				13		13
Serviços de terceiros	25.3		115	1.083		1.198
Depreciação - Ativos de direito de uso				74		74
Amortização				44.661		44.661
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas					3	3
Arrendamentos e aluguéis	17.1		153.595	38		153.633
Outras		294		105		399
Total		134.322	154.598	47.959	3	336.882

	Nota	Controladora				Total
		Custo do serviço		Despesas Operacionais		
		Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas		
				Outras		
Energia elétrica comprada para revenda	25.1	102.689				102.689
Encargos de uso da rede elétrica		51.855				51.855
Recuperação de custo com GSF - Direito de Concessão	25.4	(135.476)				(135.476)
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada				2.474		2.474
Material				39		39
Serviços de terceiros	25.3			1.569		1.569
Depreciação - Ativos de direito de uso				181		181
Amortização				39.017		39.017
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas					321	321
Arrendamentos e aluguéis	17.1		86.168	16		86.184
Outras		312		926		1.238
Total		19.380	86.168	44.222	321	150.091

Consolidado						
2022						
	Nota	Custo do serviço		Despesas Operacionais		Total
		Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrati-vas	Outras	
Energia elétrica comprada para revenda	25.1	75.463				75.463
Encargos de uso da rede elétrica		59.440				59.440
Recuperação de custo com GSF - Direito de Concessão	25.4	(3.269)				(3.269)
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada			14.733	6.455		21.188
Material			1.017	13		1.030
Serviços de terceiros	25.3		7.751	5.026		12.777
Depreciação - Imobilizado em serviço			35.174	111		35.285
Depreciação - Ativos de direito de uso				258		258
Amortização			5.438	44.950		50.388
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas					33	33
Arrendamentos e aluguéis			83	153		236
Outras		298	337	1.289		1.924
Total		131.932	64.533	58.255	33	254.753

Consolidado						
2021						
	Nota	Custo do serviço		Despesas Operacionais		Total
		Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrati-vas	Outras	
Energia elétrica comprada para revenda	25.1	102.050				102.050
Encargos de uso da rede elétrica		52.573				52.573
Recuperação de custo com GSF - Direito de Concessão	25.4	(135.476)				(135.476)
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada			13.076	7.290		20.366
Material			917	302		1.219
Serviços de terceiros	25.3		6.945	3.858		10.803
Depreciação - Imobilizado em serviço			35.266	141		35.407
Depreciação - Ativos de direito de uso				480		480
Amortização			3.407	39.201		42.608
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas				151	321	472
Arrendamentos e aluguéis			520	117		637
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens					(19)	(19)
Outras		316	331	2.068	95	2.810
Total		19.463	60.462	53.608	397	133.930

25.1 Energia elétrica comprada para revenda

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Contratos de compra de energia por quantidade	25.1.1	72.591	105.807	72.591	105.807
Energia de curto prazo	25.1.2	16.659	165.636	16.844	167.618
Outros		3.150	(15.669)	3.193	(15.827)
(-) Ressarcimentos CCEE/CONER	25.1.2	(9.315)	(142.618)	(9.473)	(145.146)
(-) Créditos de PIS/COFINS		(7.686)	(10.467)	(7.692)	(10.402)
Total		75.399	102.689	75.463	102.050

25.1.1 Contratos de compra de energia por quantidade

A variação no exercício de 2022 deve-se substancialmente à redução do volume de compra de energia necessário para atender a estratégia de evitar uma exposição financeira negativa na CCEE, quando comparado ao ano de 2021, que foi um ano em que ocorreram condições hidrológicas adversas e preços de mercado mais altos. Em 2022 os preços tiveram média de R\$58,7/MWh (Submercado SE/CO), em comparação com R\$280/MWh (Submercado SE/CO) em 2021.

25.1.2 Energia de curto prazo e (-) Ressarcimentos CCEE/CONER

A variação no exercício refere-se ao PLD menor em 2022, que alcançou média de R\$58,7/MWh (Submercado SE/CO), em comparação com R\$280/MWh em 2021, influenciado pela crise hídrica em 2021 quando apresentou o maior período seco registrado no país, trazendo baixa nos reservatórios, além de um maior desvio no GSF médio.

25.2 Pessoal e Administradores

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Pessoal				
Remuneração	1.371	1.164	10.541	10.263
Encargos	474	436	3.527	3.486
Previdência privada - Corrente	48	56	379	451
Programa de demissão voluntária	3		13	
Despesas rescisórias	84	63	464	381
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	293	221	1.909	1.659
Outros benefícios - Corrente	354	280	2.707	2.493
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial			61	75
Outros			7	13
	2.627	2.220	19.608	18.821
Administradores				
Honorários e encargos	239	238	1.544	1.501
Benefícios dos administradores	7	16	36	44
	246	254	1.580	1.545
	2.873	2.474	21.188	20.366

25.3 Serviços de terceiros

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Serviços de consultoria	180	346	2.378	1.110
Serviços de manutenção			4.332	3.779
Serviços de limpeza e vigilância			1.496	1.451
Serviços ambientais			200	232
Serviços de informática	82	88	1.538	1.509
Serviços de publicação e publicidade	64	299	336	467
Serviços de telecomunicações			176	218
Serviços de transporte	3		215	90
Serviços Compartilhados	745	725	2.398	1.926
Outros	124	111	(292)	21
	<u>1.198</u>	<u>1.569</u>	<u>12.777</u>	<u>10.803</u>

25.4 Recuperação de custo com GSF - Direito de Concessão

Refere-se ao incremento de 18,5 meses no prazo de sua concessão (Nota 16.1.2) referentes aos efeitos do GSF no ACL, estimados pela Companhia e sua controlada com base nos parâmetros regulamentados na Resolução ANEEL nº 895/2020.

26 Resultado financeiro

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receitas financeiras					
Juros e variações monetárias					
Renda de aplicações financeiras e cauções	4	13.208	5.157	36.517	9.875
Energia vendida		1.053	2.622	1.072	2.726
Depósitos judiciais				76	31
Juros e multa sobre tributos	8	15	7	249	233
Remuneração das ações preferenciais		1.257	782		
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(3.932)	(1.557)	(5.039)	(1.800)
Outras receitas financeiras		12	207	128	317
		<u>11.613</u>	<u>7.218</u>	<u>33.003</u>	<u>11.382</u>
Despesas financeiras					
Encargos de dívida					
Empréstimos e financiamentos	19.2			(10.287)	(2.380)
Debêntures	18.2	(56.928)	(19.158)	(56.928)	(19.158)
Ajustes a valor presente	19.2			(7.560)	(7.305)
Juros e multa sobre tributos	8	(1.934)	(740)	(1.934)	(740)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	22.1.1	(35)	(522)	(3.152)	(3.189)
Uso do bem público	26.1			(6.773)	(13.913)
Benefícios pós-emprego				(119)	(120)
Arrendamentos e alugueis		(102)	(80)	(234)	(223)
Outros juros e variações monetárias				(1.352)	(2.423)
Outras despesas financeiras				(988)	(746)
		<u>(59.987)</u>	<u>(21.020)</u>	<u>(89.390)</u>	<u>(50.197)</u>
		<u>(48.374)</u>	<u>(13.802)</u>	<u>(56.387)</u>	<u>(38.815)</u>

26.1 Uso do bem público

A variação na rubrica do Uso do bem público - UBP refere-se principalmente ao indexador IGP-M, que foi de 6,47% no acumulado em 2022 (17,78% em 2021).

27 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	445.262	572.475	506.185	584.617
Alíquota	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL	(151.389)	(194.642)	(172.103)	(198.770)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes				
Doações			(77)	(53)
Perdas ineditáveis		(293)		(329)
Resultados de equivalência patrimonial	27.391	6.844		
Juros sobre o capital próprio	(868)	3.603	19.731	10.743
Juros sobre as ações preferenciais			(3.698)	(855)
Outras	(35)	(33)	(88)	(84)
Outros				
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos	(9.766)	(9.766)	(9.765)	(9.767)
Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores	203	(1.140)	203	(1.192)
Incentivos fiscais	28	29	234	212
Despesa de IRPJ e CSLL	<u>(134.436)</u>	<u>(195.398)</u>	<u>(165.563)</u>	<u>(200.095)</u>
Alíquota efetiva	30,19%	34,13%	32,71%	34,23%

28 Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas.

A Companhia e sua controlada não operaram com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Resultado líquido do período atribuível aos acionistas das ações:		
Ordinárias (ON)	145.822	176.904
Preferenciais Classe "A" (PNA)	154.386	187.293
Preferenciais Classe "B" (PNB)	10.618	12.880
	<u>310.826</u>	<u>377.077</u>
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)		
Ordinárias (ON)	113.689	113.690
Preferenciais Classe "A" (PNA)	81.550	81.550
Preferenciais Classe "B" (PNB)	8.278	8.278
	<u>203.517</u>	<u>203.518</u>
Resultado básico e diluído por ação (reais/ações)		
Ordinárias (ON)	1,28264	1,55602
Preferenciais Classe "A" (PNA)	1,89315	2,29666
Preferenciais Classe "B" (PNB)	1,28264	1,55604

Segue abaixo a conciliação do Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas, conforme requerido pelo CPC 41:

	Resultado por classe de ações		Resultado por classe de ações
	(sem ajustes)	Ajustes	
2021			
Ordinárias (ON)	210.644	(33.740)	176.904
Preferenciais Classe "A" (PNA)	151.095	36.198	187.293
Preferenciais Classe "B" (PNB)	15.338	(2.458)	12.880
	<u>377.077</u>	<u>-</u>	<u>377.077</u>
2022			
Ordinárias (ON)	173.635	(27.813)	145.822
Preferenciais Classe "A" (PNA)	124.548	29.838	154.386
Preferenciais Classe "B" (PNB)	12.643	(2.025)	10.618
	<u>310.826</u>	<u>-</u>	<u>310.826</u>

29 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia e sua controlada mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia e sua controlada não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

29.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

29.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia e de sua controlada:

		Controladora			
Nota	Níveis	Valor justo		Valor contábil	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros					
Valor justo por meio do resultado					
No reconhecimento inicial ou subsequentemente					
Caixa e equivalentes de caixa	4				
Aplicações financeiras	Nível 2	92.297	34.833	92.297	34.833
		<u>92.297</u>	<u>34.833</u>	<u>92.297</u>	<u>34.833</u>
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	4				
Bancos conta movimento	Nível 2	1.613	2.626	1.613	2.626
Títulos a receber	6	8.876	8.181	8.876	8.181
Concessionárias	5	74.115	76.898	74.115	76.898
		<u>84.604</u>	<u>87.705</u>	<u>84.604</u>	<u>87.705</u>
		<u>176.901</u>	<u>122.538</u>	<u>176.901</u>	<u>122.538</u>
Passivos Financeiros					
Custo amortizado					
Fornecedores	17	28.166	21.067	28.166	21.067
Debêntures	18	355.495	300.843	354.438	301.593
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	13	432	785	432	785
Arrendamentos e aluguéis	Nível 2	958	925	936	926
		<u>385.051</u>	<u>323.620</u>	<u>383.972</u>	<u>324.371</u>
		Consolidado			
Nota	Níveis	Valor justo		Valor contábil	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativos Financeiros					
Valor justo por meio do resultado					
No reconhecimento inicial ou subsequentemente					
Caixa e equivalentes de caixa	4				
Aplicações financeiras	Nível 2	326.107	164.344	326.107	164.344
		<u>326.107</u>	<u>164.344</u>	<u>326.107</u>	<u>164.344</u>
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	4				
Bancos conta movimento	Nível 2	23.547	3.545	23.547	3.545
Concessionárias	5	75.232	77.838	75.232	77.838
Rendas a receber	7	5.217	2.927	5.217	2.927
Outros créditos - Partes relacionadas	13		25		25
		<u>103.996</u>	<u>84.335</u>	<u>103.996</u>	<u>84.335</u>
		<u>430.103</u>	<u>248.679</u>	<u>430.103</u>	<u>248.679</u>
Passivos Financeiros					
Custo amortizado					
Fornecedores	17	20.146	17.271	20.146	17.271
Debêntures	18	355.495	300.843	354.438	301.593
Uso do bem público	21	71.042	62.639	76.802	66.097
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	19				
Moeda nacional	Nível 2	100.960	101.325	102.957	92.560
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	13	921	1.782	921	1.782
Licenças ambientais	22.2	10.586	12.793	8.425	12.671
Arrendamentos e aluguéis	Nível 2	1.953	2.392	1.886	2.393
		<u>561.103</u>	<u>499.045</u>	<u>565.575</u>	<u>494.367</u>

29.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia e sua controlada avaliam os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

• Custo amortizado

Se a Companhia e a controlada, conforme seu modelo de negócio, possuem a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Se a Companhia e a controlada, conforme seu modelo de negócio, possuem a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio do resultado (VJR)

Se a Companhia e a controlada possuem um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia e a controlada desejarem eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

29.1.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia e sua controlada também poderão classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) desejarem eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas

29.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia e sua controlada projetam os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia, da controlada e da contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia e de sua controlada que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado de Uso do bem público, Empréstimos e financiamentos e dos arrendamentos e aluguéis diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Aplicações financeiras: são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço e, conforme o caso, baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo e trazidos a valor presente pelo risco de crédito da instituição financeira correspondente;

(ii) Debêntures: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito;

(iii) Empréstimos e financiamentos: consiste nas ações preferenciais de classe "A", "B" e "C" da Investco mensuradas pelo seu valor de custo acrescidas dos dividendos anuais fixos, acrescidas de eventuais complementos, e descontadas a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil;

(iv) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil;

(v) Arrendamentos e aluguéis: consiste nos contratos, ou parte dos contratos, que transfere o direito de usar um ativo subjacente por um período de tempo em troca de contraprestação, conforme CPC 06 (R2). O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde o custo de financiamento na contratação dos ativos alugados; e

(vi) Licenças ambientais: é concedida pelo órgão ambiental para autorizar a operação ou descomissionamento do empreendimento ou atividade, com o estabelecimento de condicionantes e a autorização para a execução de planos, programas e projetos de prevenção, mitigação, recuperação, restauração e compensação de impactos ambientais. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil.

29.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia e da controlada. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos financeiros:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e de sua controlada, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

29.2 Gestão de riscos

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota Norma de Gestão de Riscos desde 2006. A Governança está consolidada e definida através de uma Política de Gestão de Riscos Corporativos, Taxonomia e as diretrizes da sua metodologia formalizadas na Norma e Procedimento de Riscos Corporativos. Estes documentos foram atualizados no exercício de 2021, aprovados no Comitê de Auditoria e Conselho de Administração e possuem revisão e atualização periódica pré-definida pela equipe de Estrutura e Eficiência. Importante destacar que o Processo de Gestão de Riscos está baseado em metodologias reconhecidas no mercado, como COSO ERM (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e Norma ISO 31.000 (Gestão de Riscos).

Ainda, seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento com o modelo de três linhas de defesa, o Grupo EDP - Energias do Brasil mantém segregadas as funções de Controles Internos e *Compliance*, e as de Auditoria Interna em duas diretorias distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modelo corporativo de Gestão do Riscos, contempla a Diretoria de Gestão de Riscos e Segurança, a qual é composta por duas Gerências Executivas (Excelência de Segurança do Trabalho e a de Riscos, Crise e Continuidade do Negócio) e uma Gerência Operacional (Saúde Ocupacional). A área de Gestão de Riscos, Crise e Continuidade de Negócio tem como missão o gerenciamento integrado dos riscos e resposta rápida a eventos disruptivos que possam impactar os negócios do referido Grupo.

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota um modelo descentralizado de gestão, em que as diretrizes e a metodologia são definidas pela área Corporativa de Gestão de Riscos, Crise e Continuidade do Negócio e o acompanhamento e monitoramento são realizados pela Governança, com os nomeados donos dos riscos. A área corporativa de Gestão de Riscos realiza o gerenciamento integrado dos riscos, oportunidades e crises aos quais os negócios e operações estão sujeitos, atuando como facilitadora no processo de GRC (Governança, Riscos e Compliance), auxilia na identificação, classificação, avaliação, mensuração, implementação de ações específicas para mitigação ou eliminação dos riscos, via mecanismos de defesa ou planos de contingência, bem como, no gerenciamento dos riscos. Este Gerenciamento tem como objetivo assegurar que os diversos eventos inerentes a cada uma das áreas da Companhia sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria, que toma as providências que julgar cabíveis. Esse trabalho contínuo da equipe de Gestão de Riscos junto à primeira linha de defesa, permite que seja feita uma reavaliação da Taxonomia das Categorias de Riscos, bem como da atualização da Matriz Corporativa de Riscos, pelo menos, anualmente.

O monitoramento da gestão de riscos desenvolvido nas áreas corporativas e unidades de negócio garante aderência dos processos e controles internos às normas nacionais e internacionais, e agrega valor aos negócios por meio da consolidação de políticas e estratégias alinhadas com o planejamento de negócios da Companhia. Em alinhamento a essa condução da avaliação do ambiente de controle, o Grupo EDP - Energias do Brasil segue diretrizes de Governança, com Comitês de Riscos periódicos, conduzidos pela Diretoria de Gestão de Riscos e Segurança, com a participação dos executivos locais e a gestão de riscos Global (EDP - Energias de Portugal S.A.).

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota a prática de identificar, analisar, tratar e monitorar os riscos, considerando a atualização do Mapa e Matriz de Riscos Corporativos baseado em riscos já conhecidos, tratados ou em tratamento, assim como para novos riscos identificados ao longo do ciclo corrente que permitem gerar visões consolidadas e comparativas para avaliação de forma colegiada pela Liderança e com aprovação nas instâncias de governança (Reuniões de Diretoria e Comitê de Auditoria). Os Riscos Corporativos estão classificados em quatro componentes: (1) Estratégico; (2) Negócio; (3) Financeiro e (4) Operacional, e desdobrados em 56 categorias.

O Grupo EDP - Energias do Brasil teve mais uma vez as suas boas práticas reconhecidas ao manter a Certificação da Norma ISO 37.001, que tem por objetivo apoiar as organizações a combater suborno, a partir de uma cultura de integridade, transparência e conformidade com as leis vigentes, com o auxílio de requisitos, políticas, procedimentos e controles adequados para lidar com os respectivos riscos. O resultado desta manutenção reforça que os controles adotados pelo Grupo EDP - Energias do Brasil são adequados e aderentes ao Sistema de Gestão Antissuborno implementado.

29.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

As Debêntures captadas pela Companhia apresentadas na nota 18, possuem como contraparte os agentes fiduciários Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia e sua controlada possuem um risco de mercado associado ao CDI.

Deve-se considerar que a Companhia e sua controlada estão expostas à oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Companhia e sua controlada não possuem exposições à variação cambial e juros atrelados a dívidas em moeda estrangeira.

29.2.1.1 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia e de sua controlada em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia e sua controlada, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia e sua controlada, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas através de consultorias especializadas, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

		Controladora							
		Aging cenário provável		Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)	
Operação	Risco	Saldo da exposição	Até 1 ano	2 a 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	92.297	12.140	-	12.140	3.028	6.054	(3.031)	(6.064)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	92.297	12.140	-	12.140	3.028	6.054	(3.031)	(6.064)
Debêntures	CDI	(355.228)	(49.166)	(37.434)	(86.600)	(18.327)	(36.677)	19.161	38.321
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(355.228)	(49.166)	(37.434)	(86.600)	(18.327)	(36.677)	19.161	38.321
		(262.931)	(37.026)	(37.434)	(74.460)	(15.299)	(30.623)	16.130	32.257
		Consolidado							
		Aging cenário provável		Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)	
Operação	Risco	Saldo da exposição	Até 1 ano	2 a 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	326.107	28.085	-	28.085	6.922	13.810	(6.960)	(13.959)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	326.107	28.085	-	28.085	6.922	13.810	(6.960)	(13.959)
Debêntures	CDI	(355.228)	(49.166)	(37.434)	(86.600)	(18.327)	(36.677)	19.161	38.321
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(355.228)	(49.166)	(37.434)	(86.600)	(18.327)	(36.677)	19.161	38.321
		(29.121)	(21.081)	(37.434)	(58.515)	(11.405)	(22.867)	12.201	24.362

A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e alinhada com a expectativa da Administração. O CDI apresentou seu intervalo entre 7,6% e 13,8% a.a.

29.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia e de sua controlada em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira para cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos e debêntures captados pela Companhia e sua controlada são apresentados nas notas 18 e 19.

A Administração da Companhia e de sua controlada somente utilizam linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia e da sua controlada são demonstrados nas rubricas: (i) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4), sendo o Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa; e (ii) Concessionárias (Nota 5) cujos saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

Os riscos de liquidez atribuídos à rubrica de Debêntures referem-se a juros futuros que, conseqüentemente, não estão contabilizados e encontram-se demonstrados na nota 31.1.

A Companhia e sua controlada também gerenciam o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2022, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que se espera liquidar as respectivas obrigações.

		Controladora					31/12/2021
		31/12/2022				Total	Total
		De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Total
		Até 1 mês					
Passivos financeiros							
Fornecedores		28.166				28.166	21.067
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				432		432	785
Debêntures			5.228	349.210		354.438	301.593
Arrendamentos e alugueis		13	38	455	338	936	926
		28.179	38	350.097	338	383.972	324.371

	Consolidado					
	31/12/2022					31/12/2021
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos financeiros						
Fornecedores	18.824	1.238	84			20.146
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				921		921
Debêntures			5.228	349.210		354.438
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas			10.879	8.281	83.797	102.957
Uso do bem público	730	1.974	5.520	61.190	7.388	76.802
Arrendamentos e aluguéis	33	99	209	960	585	1.886
Licenças Ambientais	766	4.216	1.452	1.991		8.425
	20.353	7.527	23.372	422.553	91.770	565.575
						510.461

29.2.2.1 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia possui debêntures com cláusulas restritivas (*Covenants*), normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índices financeiros.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparece descrita individualmente na nota 18. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 31.2) para a rubrica de Debêntures. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento. Para a rubrica de Compra de Energia, as garantias estão vinculadas em sua maioria aos recebíveis da Companhia, passíveis de alteração decorrente de eventuais perdas de crédito nestes recebíveis.

29.2.2.2 Capital Circulante Líquido - CCL

O capital circulante líquido da Companhia, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, em 31 de dezembro de 2022 foi negativo em R\$150.090 (R\$346.992 negativo em 31 de dezembro de 2021) e no consolidado foi positivo em R\$41.240 (R\$237.339 negativo em 31 de dezembro de 2021).

A Administração da Companhia entende que possui liquidez satisfatória, mesmo com o capital circulante líquido negativo, representando condições adequadas para cumprir as obrigações operacionais de curto prazo. Na Companhia, o CCL negativo deve-se, principalmente a dividendos a pagar, os quais poderão ser pagos com o fluxo de caixa gerado pela operação ou captações de recursos externos, se necessário.

29.2.3 Risco hidrológico

A energia vendida pela Companhia e sua controlada dependem das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. Baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, podem provocar uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse ocorre pelo Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operado pelo Operador Nacional do Sistema – ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia e sua controlada a um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (*Generation Scaling Factor*) para os geradores hidrelétricos.

Para reduzir a exposição a este risco, durante os exercícios de 2015 e 2016, a Companhia e sua controlada aderiram à proposta de repactuação do risco hidrológico, para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 92% deste risco hidrológico remanescente para a Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias- CCRBT mediante pagamento de prêmio.

Adicionalmente, como estratégia para uma eventual situação de piora do cenário hidrológico brasileiro, as controladas de geração implementaram iniciativas para reforçar a proteção aos impactos causados pelo GSF, aumentando a parcela de energia descontratada de seu portfólio, além da sazonalização dos contratos de venda.

29.2.4 Riscos ambientais

As atividades da Companhia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados. Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Companhia a retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas. Contudo, a Companhia assegura o equilíbrio entre os riscos relacionados com as alterações climáticas, impactos sociais, a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas observadas nas operações que reduzem os riscos de impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável, responsabilidade social e preservação ambiental de seu negócio.

29.2.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia e de sua controlada não realizarem seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

• Concessionárias

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia e de sua controlada em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo, considerando as garantias contratuais apresentadas no âmbito dos contratos de energia no ACR.

• Rendas a receber

O montante de Rendas a receber é relativo aos recebíveis da Investco decorrentes do contrato de arrendamento da UHE Lajeado junto aos acionistas. A Investco não possui histórico de perdas ou atrasos para estes recebíveis o que demonstra o baixo risco de *default*. Ademais, o contrato de arrendamento contempla como garantia financeira parte dos recebíveis de venda de energia dos acionistas.

• Caixa e Equivalentes de caixa

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras também são orientadas pela mesma política citada acima, estabelecendo condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Companhia e sua controlada operam apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, todas as aplicações financeiras da Companhia encontram-se em instituições financeiras com *rating* de crédito AAA.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia e sua controlada a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

29.2.6 Risco regulatório

As atividades da Companhia e de sua controlada são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL, Agência Nacional de Águas - ANA) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE etc.). A Companhia e sua controlada têm o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia e sua controlada atuam na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

29.2.7 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia e de sua Controlada para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo EDP - Energias do Brasil pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos ou refinarciar as dívidas existentes.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Total dos empréstimos e debêntures	354.438	301.593	457.395	394.154
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(93.910)	(37.459)	(349.654)	(167.889)
Dívida líquida	260.528	264.134	107.741	226.265
Total do Patrimônio Líquido	691.049	699.732	952.505	946.154
Total do capital	951.577	963.866	1.060.246	1.172.419
Índice de alavancagem financeira - %	27,38%	27,40%	10,16%	19,30%

30 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

30.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

	Nota	Controladora					Saldo em 31/12/2022
		Saldo em 31/12/2021	Efeito caixa	Efeito não caixa			
				Ajuste a valor presente	Adições/baixas	Outros	
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento		8.181	(433)	-	1.128	-	8.876
Títulos a receber e empréstimos a receber		8.181	(433)	-	1.128	-	8.876
Aumento (diminuição) de passivos financiamento		167.661	(279.647)	102	283.707	31.082	202.803
Dividendos	11	167.661	(279.647)	102	283.707	31.082	202.803
Debêntures	18	301.593	(4.083)	80	56.928	-	354.438
Arrendamentos e aluguéis		926	(139)	234	47	-	936
		470.180	(283.869)	102	340.682	31.082	558.177
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)		461.999	(283.436)	102	339.554	31.082	549.301
		7.977	(521)	-	725	-	8.181
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento		7.977	(521)	-	725	-	8.181
Títulos a receber e empréstimos a receber		7.977	(521)	-	725	-	8.181
Aumento (diminuição) de passivos financiamento		175.162	(358.447)	80	313.238	37.708	167.661
Dividendos		175.162	(358.447)	80	313.238	37.708	167.661
Debêntures		300.310	(17.875)	234	19.158	-	301.593
Arrendamentos e aluguéis		114	(133)	80	865	-	926
		475.586	(376.455)	80	333.261	37.708	470.180
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)		467.609	(375.934)	80	332.536	37.708	461.999
		570.733	(297.560)	7.922	363.493	31.082	675.670
(Aumento) diminuição de passivos financiamento		570.733	(297.560)	7.922	363.493	31.082	675.670
Dividendos	11	174.186	(285.512)	234	296.633	31.082	216.389
Debêntures	18	301.593	(4.083)	234	56.928	-	354.438
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	19	92.561	(7.579)	7.688	10.287	-	102.957
Arrendamentos e aluguéis		2.393	(386)	234	(355)	-	1.886
		570.733	(297.560)	7.922	363.493	31.082	675.670
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento)		570.733	(297.560)	7.922	363.493	31.082	675.670
		182.995	(365.705)	7.584	319.188	37.708	174.186
Aumento (diminuição) de passivos financiamento		182.995	(365.705)	7.584	319.188	37.708	174.186
Dividendos		182.995	(365.705)	7.584	319.188	37.708	174.186
Debêntures		300.310	(17.875)	234	19.158	-	301.593
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		90.614	(7.086)	7.361	1.672	-	92.561
Arrendamentos e aluguéis		394	(396)	223	2.172	-	2.393
		574.313	(391.062)	7.584	342.190	37.708	570.733
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento)		574.313	(391.062)	7.584	342.190	37.708	570.733

30.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2), as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Constituição de dividendos e JSCP a receber	34.942	10.102		
Constituição de dividendos e JSCP a pagar	256.011	167.661	338.842	356.903
Constituição do Uso do Bem Público no intangível			11.728	
Constituição de arrendamentos e aluguéis no Imobilizado	47	865	(355)	2.172
Total	291.000	178.628	350.215	359.075

31 Compromissos contratuais e Garantias

31.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia e sua controlada apresentam os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia e de sua controlada, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e descontadas a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil.

	Controladora					
	31/12/2022					31/12/2021
	2023	2024 e 2025	2026 e 2027	A partir de 2028	Total geral	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais	117.311	210.973	179.370	326.537	834.191	883.040
Obrigações de compra						
Compra de Energia						34.325
Materiais e serviços	5.341	1.881	527	512	8.261	11.360
Prêmio de risco - GSF				25.159	25.159	24.230
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	49.166	34.538			83.704	54.257
	171.818	247.392	179.897	352.208	951.315	1.007.212
Consolidado						
	31/12/2022				31/12/2021	
	2023	2024 e 2025	2026 e 2027	A partir de 2028	Total geral	Total geral
Obrigações de compra						
Compra de Energia						37.007
Materiais e serviços	20.137	12.027	3.546	737	36.447	33.675
Prêmio de risco - GSF				25.605	25.605	24.660
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	49.166	34.538			83.704	54.257
	69.303	46.565	3.546	26.342	145.756	149.599

(*) Os compromissos contratuais referidos no quadro acima compreendem os contratos de arrendamentos e aluguéis que não foram contemplados no escopo do CPC 06 (R2) e, portanto, não encontram-se registrados nestas demonstrações financeiras.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2022, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	Controladora					
	31/12/2022					31/12/2021
	2023	2024 e 2025	2026 e 2027	A partir de 2028	Total geral	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais	111.232	222.465	222.465	667.394	1.223.556	1.223.556
Obrigações de compra						
Compra de Energia						32.571
Materiais e serviços	5.157	1.983	651	759	8.550	11.938
Prêmio de risco - GSF				49.179	49.179	49.179
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	50.050	48.625			98.675	49.636
	166.439	273.073	223.116	717.332	1.379.960	1.366.880
Consolidado						
	31/12/2022				31/12/2021	
	2023	2024 e 2025	2026 e 2027	A partir de 2028	Total geral	Total geral
Obrigações de compra						
Compra de Energia						35.336
Materiais e serviços	19.441	12.771	4.378	1.102	37.692	34.649
Prêmio de risco - GSF				50.051	50.051	50.051
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	50.050	48.625			98.675	49.636
	69.491	61.396	4.378	51.153	186.418	169.672

31.2 Garantias

Tipo de garantia	Modalidade	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Seguro de vida	Aval de acionista			12.440	11.319
Ações judiciais	Seguro garantia			652	539
Contrato de Arrendamento	Recebíveis	35.207	33.839	35.207	33.839
		35.207	33.839	48.299	45.697

32 Cobertura de seguros

A Companhia e sua controlada mantêm apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP – Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	Controladora				Consolidado			
	2022		2021		2022		2021	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Subestações	12.247	12.247			24.494	24.494	12.247	12.247
Usina	1.004.816	200.000			2.009.632	400.000	1.004.816	200.000
Linhas de Transmissão	3.888	3.888			7.776	7.776	3.888	3.888
Prédios e conteúdos (próprios e terceiros)	1.101	1.101			2.202	2.202	1.101	1.101
Responsabilidade civil		50.000				100.000		50.000
Transportes (veículos)						360		360
Seguro de Vida	245	(*)	392	(*)	12.685	(*)	11.711	(*)

(*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R\$581 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R\$1.452.

A Investco possui seguro patrimonial da usina onde, dentre os itens segurados, destacam-se: máquinas e equipamentos de geração e transmissão de energia elétrica.

A EDP - Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil, estendida para a Companhia e sua controlada, com os limites conforme apresentados abaixo:

- (i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$50.000;
- (ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R\$25.584;
- (iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R\$260.477; e
- (iv) Responsabilidade Civil de Riscos Cibernéticos, com cobertura de até R\$5.327.

33 Eventos subsequentes

33.1 Definição STF sobre os limites da coisa julgada

No dia 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu pela possibilidade de interrupção automática dos efeitos de decisão transitada em julgado favorável ao contribuinte, na hipótese em que a Suprema Corte decidir em sentido contrário pela via do controle concentrado de constitucionalidade ou em repercussão geral, em relações jurídicas tributárias de trato sucessivo, cuja decisão ainda pode ser objeto de recurso.

A Companhia não possui discussão sobre a constitucionalidade da CSLL, além de não ter sido identificadas em análise preliminar eventuais outras decisões transitadas em julgado que foram objeto de modificação de entendimento pelo STF. Ainda, a Administração da Companhia segue avaliando eventuais demais consequências desse julgamento.

* * *

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Manuel Veríssimo Marques da Cruz
Conselheiro

Luiz Otavio Assis Henriques
Conselheiro

Jonatan Ross
Conselheiro

Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire
Conselheiro

Marcello Nascimento Cabral da Costa
Conselheiro

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor-Presidente e Diretor Executivo

Lourival Teixeira dos Santos Sobrinho
Diretor Técnico

Luiz Felipe Falcone de Souza
Diretor

Alankardek Ferreira Moreira
Diretor

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamonte
Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos
(Corporativo)

Renan Silva Sobral
Gestor Executivo de Contabilidade e Custos
Contador - CRC 1SP271964/O-6